



Figura incontornável do panorama político cabo-verdiano, Felisberto Vieira, ou simplesmente Filú, faz hoje 50 anos. Em grande entrevista a A Semana, o homem e político andam de mãos dadas: confessa o seu amor pela família, jura lealdade eterna aos amigos mas também revela os pormenores que envolveram as suas pretensões presidenciais, assumindo-se claramente como alternativa dentro do PAICV. Numa altura em que o Estatuto Especial da Praia está já em fase de aprovação, o autarca também marca presença com uma reflexão sobre o futuro da capital. Mas neste dia especial, Filú fala também sobre os seus sentimentos e conta velhas histórias.

Por: PEDRO MIGUEL CARDOSO

“Sou um homem de consensos”

A Semana - Felisberto Vieira, figura cimeira do xadrez político cabo-verdiano e do seu próprio partido, PAICV, completa hoje 50 anos de vida. Comece por falar-nos do homem. Quem é o Filú aos 50 anos?

Felisberto Vieira - É um Filú mais maduro, interiormente mais firme. Um Filú com maiores equilíbrios e também com maior experiência e capacidade de compreensão não só dos problemas de Cabo Verde, mas também dos problemas globais do nosso tempo. Um Filú que é um homem de fé, de convicções, de causas. É o que eu sinto neste momento de transição da minha vida.

- Mas quem é o homem emocional, por detrás do político?

- É um homem que está com o seu povo, cultiva as amizades, dedica-se à família. Este Filú emocional procura, acima de tudo, criar relações de empatia para compreender o outro. Um grande filósofo já tinha dito que aquele que conseguir compreender o homem na plenitude do seu ser, compreende-o em todos os homens. É o que procuro fazer.

- Estamos perante um self-made-man?

- Eu creio que sim. Tenho um percurso extremamente interessante e fecundo que me orgulha. Estudei e trabalhei sempre, ao mesmo tempo que procurei sempre ajudar os meus colegas e companheiros. Lembro-me, por exemplo, que quando tive o meu primeiro emprego como tipógrafo na Imprensa Nacional o salário fixo, 350\$00, entregava-o à minha mãe, enquanto que dividia os extra com os meus amigos. Na altura, comprava tecidos para fazer calças “à boca de sino” para mim e para os meus colegas. De forma a rentabilizar o investimento, o nosso costureiro fazia as calças com várias dobras, em função do tamanho dos elementos do grupo. Assim, no dia em que o Macuna vestia as calças, estas teriam que descer um bocadinho; quando calhava a vez de Henrique Monteiro, as calças subiam um pouco mais, e por aí adiante. Foi com este espírito que cresci e me tornei o que sou hoje. Sou oriundo de uma família pobre e numerosa, mas procurei sempre com dignidade fazer a minha auto- formação, estudar, trabalhar, até fazer a minha licenciatura em ciências sociais.

- No dia em que esta entrevista for publicada, vai estar rodeado dos seus familiares, que o querem acompanhar neste apagar de velas e cantar um parabéns a você. Qual é a importância da família para o Filú?

- A família é tudo. É o pilar da construção do indivíduo e da sua personalidade. Ensina-o a viver, no fundo. Por exemplo, só quando fui estudar para a Alemanha, na altura RDA, é que dei o

valor àquilo que a minha mãe me ensinava - cozinhar, lavar a roupa e passá-la a ferro. Porque tinha muitos colegas que não o sabiam fazer e às vezes, em troca de algumas coisas, encarregava-me eu dessas tarefas (risos). Para mim a família é extraordinariamente importante. E neste dia do meu aniversário, vou viver uma sensação totalmente nova e que será inesquecível. Aos 50 anos vou reunir-me com a minha mãe, que já chegou dos Estados Unidos; com a minha filha que também regressa daquele país, depois de 10 anos sem vir a Cabo Verde; com os quatro netos que as minhas duas filhas me deram; com a minha esposa e ainda com os meus filhos do segundo casamento, alguns ainda mais novos que os meus netos. Será uma sensação extraordinária que vai, decerto, marcar profundamente o meu percurso enquanto homem.

- Ao dedicar este tempo à sua família, vai penitenciar-se dos momentos em que esteve ausente devido às responsabilidades inerentes à sua actividade pública?

- Vou fazer um esforço para que a câmara me possa dispensar umas horas desses dias (risos). De facto, este é um jogo de tensões permanentes, mas que a grande compreensão existente no seio da minha família atenua. É claro que há sempre reclamações, como a do meu filho mais pequeno que diz que “o papá quando vem do trabalho vem tão cansado que nem diz, nem A nem C”. É que, por vezes, a transição entre os problemas do trabalho e o mundo familiar é demasiado lenta. E, em muitas ocasiões, torna-se complicado assimilar toda a informação que os meus filhos querem contar-me, mal eu entro em casa.

- Ao mesmo tempo, o Filú é conhecido como um grande colecionador de amigos. É a amizade a rimar com política?

- Por vezes os meus críticos chamam-me de populista devido às relações que crio com as pessoas, mas para mim fazer amizades é um dom quase natural. Há princípios base que cultivo — a lealdade, a sinceridade, a autenticidade e o companheirismo — que me têm dado grandes amizades. Mas também, se puder casar de uma maneira inteligente, leal e transparente, o meu clube de amizades com a política, em torno do projecto colectivo de desenvolvimento, isso será algo útil. Penso que tem sido este o meu trunfo.

- Tem também criado uma relação informal com a população, que começa já no nome. É Filú para cá, Filú para lá, independentemente das ocasiões. A política de proximidade é, também, um dos seus trunfos?

- O meu nome facilita as coisas, mas também a minha personalidade. Há, de facto, uma empatia muito grande entre mim e os

outros, até com os adversários políticos, embora eles não tenham coragem de o dizer. Desde que sou presidente da CMP procurei estar próximo das pessoas. Instituí as audiências descentralizadas, as visitas domiciliárias, apostei nas “presidências abertas”, sempre com o intuito de ouvir muito, antes de decidir. Esta forma de fazer política tem-me permitido estabelecer uma grande relação de confiança com a população. E muitas vezes, e aqui vou revelar um segredo, as pessoas que vão à CMP não vão à minha procura para pedir emprego ou para resolver problemas que têm a ver com a minha função. Muitas vezes vão para ouvir um conselho, para saber como proceder em situações que têm a ver com a família, por exemplo.

- E é fácil chegar até si?

- Às vezes a complexidade das minhas funções pode criar dificuldades. Agora, em termos de abordagem é fácil. Estando em Quebra-Canela ou à saída da missa, de um funeral, num campo de futebol, as pessoas colocam-me sempre questões e problemas. E a todos procuro ouvir.

- Há quem diga que o Filú prefere rodear-se das pessoas que o admiram, “bajulam”, evitando, assim, os seus críticos. Tem medo das críticas?

- É claro que não tenho medo da crítica. Até porque ela está sempre presente, não há como fugir. Por exemplo, em tempos, num único número de um jornal, o nome de Filú foi citado setenta vezes. Todas pela negativa, apenas algumas com validade (risos). Sou a favor da crítica pela simples razão que ela é uma arma fundamental para atingir um grau elevado de consensos e de compreensão das coisas. A minha postura é de ouvir muito, por isso dizem que não gosto de dizer “não”. Assim, antes de dizer sim ou não, procuro conhecer a intencionalidade, conhecer, como se diz em sociologia, as causas para além das causas, para então poder tomar uma boa decisão.

- A política é cada vez mais marketing, arte, mas também exige cultura, conhecimento, vários backgrounds. De que forma o Filú tem cuidado desta parte essencial do político do século XXI?

- Existe, de facto, um grande debate nas ciências sociais para ver quem determina quem: se o marketing ou a política. E, na verdade, enquanto a política traça as estratégias, o marketing diz como agilizar-las. Quanto a mim, como forma de aumentar essa minha cultura e *background*, procuro estudar permanentemente, ler sobre as questões do nosso tempo e da actualidade.

Apoio Pires de corpo e alma

Sexta-feira, 25 de Novembro de 2005

Actualidade

- Que livros está a ler neste momento?

- Estou a ler três livros importantes: "20 ideias para 2020 - Como inovar Portugal", "Bento XVI - El Dios y el mundo", sobre questões essenciais do nosso tempo, e um livro que disserta sobre questões como a liderança nas organizações empresariais. Eu leio consoante as minhas necessidades em actualizar-me sobre assuntos com que trabalho. E como tal, são várias as matérias que me interessam, como as finanças, a gestão de empresas ou as novas tecnologias. A nível pessoal, interessa-me a espiritualidade, porque sou um homem de muita fé.

- Alguns analistas consideram que só não é líder do PAICV porque, embora ganhe a batalha política, perde quase sempre no confronto cultural. Reconhece validade a esta crítica?

- (risos) Está-me a dar uma grande novidade. Gostava de perguntar aos meus críticos onde e quando perdi uma grande confrontação cultural. Repare que eu procuro conhecer bem a cultura de Cabo Verde, conhecer bem os grandes temas universais. Não creio que tenha a cultura como um *handicap* porque, para além da formação que tenho, estudo com permanência.

Não vejo nenhuma razão quando dizem que não domino os conceitos ou a linguagem. Os conceitos da minha área não há ninguém que maneje tão bem quanto eu, sem falsa modéstia. E também estou à vontade relativamente aos conceitos da política.

- E maneja-os, obviamente, em função da sua ambição política, que passa pela liderança do PAICV. Esse sonho de ser líder do seu partido, ainda está de pé?

- Continua de pé e sempre de pé o meu sonho de trabalhar por um Cabo Verde justo, humano e desenvolvido. Quanto à ambição, há muita gente que está na política e finge que não a tem. A essas pessoas peço para saírem deste mundo. Faço agora 50 anos, estou na política activa desde os 16. Se nesta altura do campeonato ainda não tivesse ambição para assumir qualquer desafio que se me coloque neste momento, em termos de responsabilidades políticas em Cabo Verde, não valeria a pena continuar.

- Então vale ainda a pena rumar a esse objectivo, um desejo já antigo?

- Não é um desejo a todo o custo. Para que surja um líder numa formação política, é necessário que esse líder faça falta ou que haja espaço para a disputa desse lugar. Quando houve esse espaço eu disputei a liderança, mas neste momento o cenário não se põe, até porque, para mim, cada vez mais a actual liderança do PAICV está a afirmar-se e a consolidar-se.

- Mas caso exista de novo esse espaço de disputa, o Filú entrará na luta?

- No momento em que houver esse espaço, se o contexto for favorável e eu me sentir motivado, naturalmente que o farei sem qualquer hesitação. Acho que sou uma alternativa dentro do PAICV. E como a alternativa não se constrói de um dia para o outro, continuarei a preparar-me. Para quando chegar esse momento de disputa de liderança do partido poder fazê-lo com naturalidade.

- Filú tem sido um dirigente activo, um líder nato de uma boa percentagem das bases do PAICV, mas esta postura já foi por várias vezes posta à prova nos combates internos do seu partido. Nunca teve vontade de partir a loiça, romper o "statu quo"?

- Defendo as minhas ideias com muita convicção, e muitas vezes com muito calor, nos órgãos próprios do partido. De facto, no espaço político e público a que pertencço defendo as minhas ideias com muita valentia. Se considerar isso "quebrar a loiça", então faço-o com frequência. Agora, tenho que ter em consideração que estou numa organização de várias sensibilidades, em que é preciso atingir a coesão e, sobretudo, os consensos estratégicos fundamentais. Não gosto de bagatelas políticas, por isso não respondo a várias questões. Penso que agora o partido tem que se concentrar essencialmente na questão estratégica que tem a ver com transformação de Cabo Verde, a vitória eleitoral.

- Não tem medo de ser acusado de incoerência, quando se manifesta contra determinada situação, disposto a lutar por ela até ao fim, mas depois cede em nome destes consensos? Sabe que os seus apoiantes perguntam porque é que é sempre o Filú a ceder.

- Depende do ângulo de análise. Procuro ser um homem de

diálogo e consenso. Em determinadas situações necessitamos ver a correlação de forças no seio do partido e procurar os equilíbrios fundamentais. O recuo ou a cedência não podem ser considerados como uma fraqueza, mas como uma atitude de um homem que cultiva valores e princípios e que trabalha em função de um projecto colectivo e não da sua glorificação. Um bom líder não é aquele que procura estar sempre sobre o fio da navalha. Mas se me colocarem entre a espada e a parede, prefiro tomar a espada. Por outro lado, se me derem a escolher entre a conjunção e a disjunção, procuro a primeira. Não foi por acaso que, durante o primeiro ano de mandato na CMP, com um governo da oposição, e em circunstâncias difíceis, consegui levar o mandato até ao fim, sem crises nem guerras institucionais. Respeitei sempre o campo da oposição e levei a bom termo o mandato, a ponto de conseguir, quatro anos depois, uma maioria absoluta.

- Como estamos a nível da convivência de sensibilidades dentro do PAICV?

- Vamos bem (risos). As sensibilidades são aceites no marco dos estatutos. A minha sensibilidade está representada nos órgãos do partido e, tal como as outras, é ouvida. Neste momento o PAICV está a centrar esforços para, em conjunto, concluir este mandato da melhor forma possível, ganhar as eleições e continuar a nossa estratégia de transformar Cabo Verde.

- Este bem-estar não estará a ser posto em causa com a escolha dos cabeças-de-lista? É que este é sempre um parto difícil.

- É uma engenharia complexa.

- Dolorosa?

- Às vezes dolorosa. Neste momento estou solidário com o presidente do meu partido porque este é um momento de tensão, em que ele terá que gerir os interesses, as ambições e os objectivos traçados pelo Conselho Nacional e pela Comissão Política.

- Está a haver resistências, neste momento?

- Pode estar a haver alguns casos nalguns sectores, o que é normal.

- Nomeadamente?

- Não sei, isso não lhe posso dizer. Mas, independentemente de um ou outro momento de alguma tensão, ansiedade e expectativa, já estamos na fase final da constituição das listas a nível regional.

- A selecção de nomes para integrar as listas do seu partido, abandonado que foi o método das sondagens, continua a ter uma grande carga de subjectividade. Não acha que os partidos que apregoam tanto a democracia são os primeiros a não

exercê-la no seu próprio campo?

- Eu não tenho essa informação. Sei que foram feitas sondagens em vários pontos, como Porto Novo, Ribeira Grande, São Vicente, por exemplo. Acho que a orientação do Conselho Nacional aponta para a necessidade de se realizarem sondagens apenas onde não há um acordo tácito sobre quem é o cabeça de lista.

- Que palavra têm as bases no meio disto tudo?

- As bases são sempre ouvidas. Há um processo de indicação de nomes pelas bases, e depois há o Conselho de Sector que tem a competência para fazer a triagem, as negociações, preparar a lista e submetê-la ao conselho nacional.

- Mas também há lugares cativos e postos já marcados.

- Temos lideranças regionais e locais que, como coordenadores políticos, afirmam-se como líderes naturais. Isto não significa que tenha que ser assim. Mas evidentemente são candidatos naturais.

- Como acha que deveria ser, então?

- Como tem sido. Audição prévia, audição de vontades, sondagens e, depois, fazer as engenharias para montar a lista final.

- Mas está a entrar em contradição. Porque, se existem realmente esses "candidatos naturais", então não adianta de nada ouvir as bases, uma vez que o candidato já está escolhido.

- (pausa) Francamente, não sinto isso no seio do PAICV. A metodologia do partido e da Comissão Política está a ser adaptada de forma correcta pelas pessoas que têm responsabili-



“ No momento em que houver esse espaço [para disputar a liderança do PAICV], se o contexto for favorável e eu me sentir motivado, naturalmente que o farei sem qualquer hesitação. Acho que sou uma alternativa dentro do PAICV. ”

- Protagonizou recentemente um episódio na novela das presidenciais, onde demonstrou vontade de concorrer pelo PAICV. Afinal o que quer ser, líder do PAICV, para ser primeiro-ministro, ou Presidente da República?

- A história é feita de ciclos políticos e, neste momento, estamos a viver um novo ciclo político, o das eleições legislativas e presidenciais. Na altura parti da premissa de que Pires não era candidato e, por isso, fiz investimentos pessoais, afectivos e políticos. Tudo para, no caso de o actual Presidente da República não concorrer, eu poder assumir definitivamente a minha candidatura.

- Entretanto, nesta expectativa, investiu muito dinheiro, conseguiu inclusivamente apoios, dos quais acabou por ter que abrir mão.

- Dinheiro não digo, mas esta fase envolveu, realmente, muitos contactos em todas as ilhas e na emigração, onde recebi várias simpatias. Mas claro que com o recuo, ou melhor, com a reposição da candidatura do actual PR, já não faz muito sentido manter a minha disponibilidade.

- Não faz muito sentido, ou não faz sentido nenhum?

- Não faz muito sentido.

- Porquê?

- Pires, enquanto homem que manteve sempre uma postura séria como PR, e que nunca fomentou rupturas no relacionamento institucional, torna-se o candidato natural. Como tal, todos os que se disponibilizaram para uma possível candidatura terão, de facto, que apoiar esta candidatura. Dentro do partido estamos a construir um grande consenso em torno da recandidatura de Pedro Pires. Eu próprio já lhe expressei, directamente, o meu apoio pessoal e político.

- Mas este foi um sacrifício por Pires ou pela família tamarina?

- Por Cabo Verde.

- Mas teve que se cingir ao consenso dentro do partido em torno de Pires. Até porque uma eventual candidatura de Filú, à revelia do partido, seria um fortíssimo abanão político nas hostes tamarinas.

- Sempre afirmei que só avançaria se Pires não apresentasse a sua candidatura. Estou a ser consequente, coerente com a minha posição.

- Pedro Pires tem chances de vencer as presidenciais?

- Penso que terá sempre grandes hipóteses, até porque ele é presidente candidato. Agora, não quero fazer comentários sobre as circunstâncias de que neste momento está rodeada a candidatura de Pedro Pires.

- Porquê?

- Não faço comentários... porque não pretendo fazer.

- Sente-se de alguma forma melindrado em falar sobre as questões que envolvem a candidatura de Pedro Pires, dadas as pretensões que teve que abandonar e pela forma como este processo foi conduzido?

- Não, sinto-me à vontade. Agora, não quero falar dos seus argumentos, porque só a ele pertencem. Ao contrário das outras presidenciais, desta vez não estou na origem da candidatura de Pires. Por isso cabe-lhe a ele explicar ao povo e às pessoas as suas razões. Agora, reafirmo, ele terá o meu apoio, de corpo e alma.

- Muitas vezes afirmam que, caso Carlos Veiga se candidate, como é quase certo, Pires poderá perder o cargo. Qual é a sua percepção?

- Pires tem trunfos na manga - uma magistratura discreta, mas eficaz, sempre ao lado dos cabo-verdianos das mais diferentes sensibilidades e origens sociais, e um cuidado grande em não interferir de forma a gerar situações de conflito. Para além de que um candidato a presidente é diferente do presidente candidato. Agora, é preciso trabalharmos para saber qual a percepção do eleitorado. Não conheço nenhuma sondagem ou estudo, mas o facto de Pires ser apoiado pelo PAICV (que ganhará, decerto, as legislativas) criará um movimento dinâmico de vitória, que poderá ser um outro trunfo a favor de Pires, nestas eleições.

- Como veria a coabitação entre um PR ventoinha e um governo tamarina, ou vice-versa?

- Vejo com a maior naturalidade, porque os poderes estão claramente estabelecidos na Constituição. As primeiras questões que se põem a qualquer candidato a PR terão que ser sobre a sua capacidade de garantir a estabilidade, uma forte paz institucional e a sua aposta na união da nação cabo-verdiana. Se o candidato vencedor responder positivamente a estas questões não haverá problema. Agora, se ele se quer aproveitar da Presidência da República para fazer oposição ao governo e para usar o seu cargo como almofada para a clientela da oposição ou para o partido da situação, então isso seria fatal para a credibilidade de Cabo Verde.



“Não hesitarei em disputar a liderança do PAICV”

des nestes processos.

- Se pudesse, o que é que mudaria no sistema de composição das listas?

- Nada, porque não tenho neste momento a responsabilidade de prepará-las. Estou solidário com as pessoas que neste momento estão a executar essa tarefa, convicto que nos trarão bons resultados.

- Está a falar outra vez em nome dos consensos ou a dar a sua opinião pessoal?

- Estou a posicionar-me em nome daquilo que acredito, que todas as potencialidades serão aproveitadas na definição destas listas.

- Relativamente à inclusão de independentes nas listas, como David Hopffer Almada ou Onésimo Silveira, que comentário tem a fazer?

- Sou favorável. Penso que podem trazer sempre mais-valias, é um princípio salutar dentro do PAICV. Sobre estes casos concretos, penso que não devo comentar nem fazer juízos de valor neste momento.

- O que acha das pessoas que há muito tempo abandonaram os seus locais de nascimento e voltam lá só para concorrer?

- Depende de como essas pessoas mantêm a relação com a comunidade. Temos tido casos em Cabo Verde a demonstrar que pessoas que só aparecem em período de campanha eleitoral a reivindicar este ou aquele lugar porque têm relações com determinada ilha, acabam por ter um resultado praticamente nulo. A própria experiência ensina-nos que a continuidade na relação de confiança e de proximidade com as pessoas é importantíssima. Porque só assim, em tempo de eleições, o político se sentirá à vontade para se apresentar como candidato a determinado cargo.

- Acha que o PAICV vai ganhar as legislativas?

- Tenho essa forte convicção, todos os indicadores apontam para isso. O PAICV tem feito uma excelente governação, tem colocado Cabo Verde nos holofotes do mundo. Como tem dito o nosso primeiro-ministro, Cabo Verde está na moda. Estamos num período fecundo de desenvolvimento, o país e os seus governantes gozam de uma boa imagem externa. Portanto, acredito que o próprio povo sente necessidade de atribuir mais mandatos a este governo.

- O que pensa das palavras da oposição quando diz que este é um governo do “vamos fazer”?

- Acho que é um mau argumento. O governo e o primeiro-ministro têm dito que vamos fazer e têm feito muito. Aliás, para se dizer “vamos fazer”, é preciso haver uma visão estratégica e de futuro. E esta estratégia está a ser aplicada progressivamente.

- A uma dada altura deste mandato, afirmou que o governo necessitava de mais pedalada. A sua opinião já mudou, pelos vistos.

- Era o que sentia na altura. Neste momento a situação é completamente outra, temos um partido bastante activo, a dominar a agenda política, no centro das principais situações estratégicas. Na altura o que acontecia é que o partido estava a ser relegado para um segundo plano, tal era o embalo que o PAICV levava nas questões da governação. A situação que herdámos obrigava, realmente, a uma concentração reforçada. Agora, a minha avaliação global é muito boa, tanto do desempenho do PAICV, como da governação, e do próprio primeiro-ministro.

- Os seus adversários directos, além de cantarem vitória, dizem que o Filú será também culpado pela eventual derrota do PAICV nas legislativas. Como reage?

- (pausa) Primeiro não vai ser possível a derrota do PAICV. Segundo, a imagem do Filú e da sua gestão na Praia e em Cabo Verde só poderão influenciar positivamente o partido a que pertencem. O Afrobarómetro, e várias sondagens que foram feitas, inclusive pela própria oposição, dizem isso. Eles sabem. Até porque não é por acaso que neste momento as baterias estão apontadas para Filú e para a sua Câmara. A oposição sabe do peso que temos para influenciar os resultados legislativos.

- Defenderia alianças com os partidos pequenos, caso as previsões da oposição se verificassem?

- Não defendo alianças antes das eleições. Acho que o PAICV, por tudo aquilo que representa, deverá concorrer sozinho. As ali-

anças devem ser feitas num contexto em que são necessárias e podem-se fazer de várias formas, sem implicar uma coligação pré-eleitoral. Até porque o PAICV não deve estar no centro do isolamento, mesmo que as sondagens o apontem como partido maioritário. Acho que os entendimentos quanto ao futuro de Cabo Verde, poderiam ser uma mais-valia para o PAICV que assim mostraria que é um grande partido, na vanguarda das ideias inovadoras.

“Sou o único autarca que alguma vez abriu as contas ao público”

- Com a entrada em vigor do novo estatuto da Praia, que grandes desafios se colocam à cidade capital, a partir de agora?

- Tornar a Praia uma referência na região, transformá-la no centro dos acontecimentos políticos, económicos, empresariais, de negócios e culturais. Para isso, precisamos de acelerar o processo de construção de infraestruturas. Vai começar em breve o trabalho de ampliação do porto da Praia; o distrito financeiro de Cabo Verde, que está já em construção; a asfaltagem das estruturas viárias segue a bom ritmo; vamos ter centros de convenções; mais hotéis para turistas e empresários; vamos ampliar a zona industrial; e vamos ter mais escolas, estruturas de saúde e mais emprego.

- Isso tudo para quando?

- Este é um processo contínuo. Estamos a fazer o PDM que, em conjunto com o plano de desenvolvimento estratégico, ditará como a Praia deverá crescer nos próximos dez anos. Tanto a nível de estruturas como a nível económico-financeiro temos que garantir que a cidade cresça com qualidade para atrair mais investimentos. Devemos evitar a deslocalização das empresas que já temos, garantir a formação profissional, técnica e universitária aos cidadãos, entre outros aspectos. E nisto, o sector privado, bem como toda a sociedade, tem um papel importante.

- Que estratégia de crescimento o PDM estabelece, especificamente?

- De acordo com os estudos, se a taxa de crescimento da cidade, que se situa agora entre os 5 e 6%, se mantiver, até 2015 ou 2020 vamos chegar aos 200 mil habitantes. Para preparar a cidade para esse crescimento, o PDM definirá as áreas de expansão da cidade, que corresponderão às áreas onde se instalarão os projectos “Nova Praia”, “Cidadelá”, “Palmarejo Baixo”, e as construções da IFH, que são na Achada de São Filipe, Palmarejo e Ponta d’Água. Neste momento estamos também a fazer um estudo no interior e exterior da circular da Praia, onde poderemos aproveitar cerca de 2000 hectares. Com isto, já teremos um suporte forte para aguentar esta expansão. Agora, é importante que os outros municípios apostem também no desenvolvimento sustentado, para permitir que a Praia possa crescer sem os grandes sobressaltos provocados pelo êxodo rural em massa ou pela vinda em grande número de pessoas de outras ilhas.

- Este PDM não correrá o risco de não passar de letra morta, como outros diplomas?

- Claro que não. O PDM será uma espécie de “constituição da cidade”, que não poderá ser desrespeitada. A nível de fiscalização haverá um regulamento forte, que será homologado pelo governo. Para além disso, com o estatuto especial, espero daqui a um tempo ter polícia municipal, que reforçará a fiscalização urbana.

- Será o fim das construções clandestinas?

- Será, de facto, um momento forte no combate às construções clandestinas. Neste momento temos um projecto da União Europeia no valor de 2 milhões de euros, no quadro do programa Water Facility. Este programa permitirá montar um grande centro de monitorização e de estudos para o combate à construção clandestina, além de concertar estratégias de requalificação dos bairros formados por esse tipo de casas. Já temos uma primeira experiência positiva com o Bairro da Bela Vista, inclusive.

- No entanto, esta questão terá que ser tratada em todas as suas vertentes. Como pretende resolver a especulação fundiária, que abre espaço à construção clandestina?

- Se esse aspecto não for regulado, naturalmente prejudicará os mais economicamente vulneráveis. Teremos, por isso, que trabalhar na regulação do mercado, para permitir que os privados possam operar neste sector, garantindo preços justos e equilibrados.

- O que tem feito para que isso aconteça?

- Estamos a discutir esse assunto na CMP e no seio da Associação dos Municípios, de forma a garantir políticas de habitação social. Temos que garantir a gestão equilibrada dos loteamentos, para permitirmos que as pessoas economicamente desfavorecidas também tenham acesso a um pedaço de terra e a projectos com custos acessíveis.

- Uma solução que terá que passar por uma nova política de distribuição de terras.

- Exacto. Mas repare: neste momento temos mais de trinta e cinco mil pedidos para construção e há défice de terrenos, porque na sua maior parte os terrenos da cidade pertencem a privados. É complicado. E neste capítulo aproveito para dizer que, em relação às acusações que nos foram feitas, de nepotismo e de corrupção em torno de terrenos na CMP, eu sou o único gestor público em Cabo Verde que em toda a História da administração cabo-verdiana abriu ao público as contas de gestão da administração municipal, por duas ocasiões.

- Está a mandar o recado ao MpD que, aquando da explosão do caso do Maio, acusou a sua autarquia e a de São Filipe de incorrerem em graves ilegalidades? Na altura manteve o silêncio, ao contrário do autarca Eugénio Veiga.

- Como já disse atrás, não ligo a bagatelas políticas. Essa guerra não é a minha. A CMP foi inspeccionada várias vezes, a última no ano passado, pelo Tribunal de Contas e pelo serviço de Inspeção das Finanças. Por isso, cabe a essas instituições que têm responsabilidades sobre a matéria decidir se há motivo para desconfiança ou não. O que acontece é que estão a tentar espicaçar o presidente praiense, mas estou perfeitamente tranquilo. Porque, para além das nossas portas estarem sempre escancaradas para quem quiser pedir informações e ver o estado das nossas contas, cada vez estamos a aperfeiçoar mais os mecanismos de contabilidade e de transparência. Inclusive, aquando da última remodelação camarária, criámos um pelouro de orçamento, auditoria interna e contabilidade. Ao mesmo tempo, estamos a trabalhar com a NOSI todas as aplicações informáticas para a gestão orçamental, que já estão disponíveis na intranet da CMP. E estamos também a trabalhar para colocar gratuitamente esses serviços à disposição dos cidadãos para eles poderem ver o que se passa nas contas da CMP, através de uma área digital que queremos criar no Plateau, no âmbito do programa Praia Digital.

- A lentidão e morosidade dos serviços da CMP estão constantemente na base de muitas críticas dos municípios à autarquia. De que forma reverter este quadro?

- Muitas das críticas são justas e legítimas. Neste momento estamos a trabalhar num programa de reforma dos nossos serviços para agilizar a sua resposta. Esta reforma implica a criação do portal do cidadão, a aposta no atendimento personalizado, entre outros. Por isso apostamos também na formação, uma vez que muitas vezes a administração está voltada para dentro de si mesma. Desta forma queremos diminuir a morosidade dos processos, ou a intempestividade com que, por vezes, a CMP resolve as suas questões.

- Inicialmente mostrou-se contra a separação entre o concelho praiense e o da Ribeira Grande. Agora que já é um acto consumado, como se alterará a gestão do território?

- Nunca fui contra. O que aconteceu foi que utilizei argumentos no sentido de demonstrar que a força de um município está na extensão do seu território, e na diversidade e potencialidades que este encerra. Quando se diminui o território, o município perde alguma força. Foram argumentos de gestão que eu utilizei. Não afirmei nunca que era contra.

- Praia está menos forte?

- Claramente, porque perde uma área importante do seu território, e perde também 11 mil habitantes. A nível de gestão, a partir de agora a Praia terá que circunscrever-se às potencialidades que encerra no perímetro urbano, que é limitado, e transformá-las em forças e riquezas. Porque, por exemplo, o fundo do FEF para este município vai diminuir. Mas poderemos ganhar por outro lado, com o Estatuto especial, por exemplo.

- Como encara as críticas que partem de outros municípios, de que todos os grandes investimentos são feitos na Praia?

→

- Não é justo, porque um país não pode ter uma capital como Cabo Verde tem tido durante os últimos 10 ou 15 anos. A Praia tem que ser uma aposta de todos. Por isso é que digo que Praia é uma questão nacional. Ao ser cidade, município e capital, a Praia necessita obrigatoriamente de investimentos avultados para se transformar nessa capital de referência que todos queremos. Nessa "Paixão Atlântica" que sempre defendi e que tem sido motivo de gozo de muita gente, mas que está a acontecer. Quando se fizerem os projectos do Ilhéu, do Quartel Jaime Mota, das torres da Tecnical na Praia Negra, quando o distrito financeiro for uma realidade, estiverem construídos os hotéis, quando se reabilitar a baía, a cidade ficará dotada de novas centralidades. E estas constituirão uma grande porta de entrada em Cabo Verde.

- Fala de projectos novos mas o que é feito dos que já existem, a reconversão do Plateau, por exemplo?

- Em relação ao Plateau cometemos um erro, admito. Perdemos muito tempo a discutir, a propor e contrapor, e acabámos por não decidir. Havia um pacote, financiado por Portugal, que já estava mais ou menos consolidado — a asfaltagem das artérias, a recuperação das casas consideradas património, e a colocação das calçadas portuguesas. Mas, devido a essa questão de hipotético Património da Humanidade, perdemos a oportunidade e atrasámo-nos dois, três anos. Depois disso tentámos buscar novos financiamentos e não conseguimos, a não ser os 56 mil contos que a UCCLA disponibilizou para requalificar a Alexandre Albuquerque.

- Uma obra que está parada há alguns meses.

- Mas há razões. O financiamento foi contratualizado com a UCCLA, que é financiada essencialmente pela cidade de Lisboa. Mas como a Câmara Municipal de Lisboa funcionou durante este ano sem orçamento, também nós ficámos sem dinheiro. Agora vamos negociar com a empresa "Adriano", para continuar o calcetamento, a asfaltagem do restante espaço da praça e o arranjo do repuxo. Para isso, vamos mandar vir pedras brancas do Maio. Por outro lado, o governo já encarou a possibilidade de introduzir o projecto antigo no próximo PAC (Plano Anual de Cooperação). Quanto à asfaltagem do Plateau, mesmo sendo contra as recomendações da UNESCO no que toca à candidatura a Património da Humanidade, é uma hipótese que vai avançar. Já acordámos com a mesma empresa, "Adriano", a asfaltagem do troço que vai desde a rotunda de São Januário, passa pela Avenida Amílcar Cabral, desce a rampa do outro lado e termina na ponte de Vila Nova. A obra estima-se em cerca de 123 mil contos, e estamos agora à procura do financiamento. Já temos algumas garantias, nomeadamente do Banco Cabo-Verdiano de Negócios.

- Um outro problema que aflige o Plateau, e não só, é a ocupação da via pública pelas rabidantes. O que pretende fazer para pôr cobro a essa situação que se arrasta há anos?

- No próximo ano incluiremos uma verba no orçamento para construir um mercado fora do Plateau, um projecto que já vinha do anterior autarca da Praia. Assim, transformaremos o actual mercado num posto de venda de artesanato e outros produtos mais condizentes com este património. O novo mercado situar-se-á fora do centro histórico, talvez na zona baixa da cidade. Com esta solução diminuiremos automaticamente a pressão que há sobre o Plateau.

- Mas o que pretendem fazer agora, no imediato?

- Temos feito intervenções periódicas, retiramos as pessoas, mas passado pouco tempo elas voltam para montar a sua banca nos passeios da cidade. Com a capacidade de fiscalização que temos, se a Polícia de Ordem Pública não ajudar não vamos a lado nenhum. Porque ela tem que agir, uma vez que a ocupação da via é uma questão de ordem pública.

- E não o tem feito?

- Muito pouco.

- Mas as rabidantes não são as únicas a ocupar a via pública. As carcaças também lá estão, quase de pedra e cal e "pá tudu banda qui nu bai".

- Neste momento existem três empresas interessadas em remover, compactar e exportar as carcaças existentes na Praia. No âmbito

do PDM estamos a tentar encontrar um lugar apropriado para instalar a unidade que vai fazer esse trabalho. Entretanto, os nossos técnicos estão a estudar as propostas das empresas para, depois de aprovamos o Plano de Actividades do Orçamento, podermos abrir o concurso público. No primeiro trimestre do próximo ano.

Mas quero referir, também, que para podermos desentupir a via pública, estamos também a negociar três propostas que visam não só a colocação de parquímetros, como a exploração de parques de estacionamento.

- Os munícipes queixam-se frequentemente que temos uma Praia suja e a cheirar mal. Concorde?

- Sim, mas estamos a tomar medidas. Acabámos de assinar, na Alemanha, o acordo de construção da primeira unidade incineradora de Cabo Verde. Será um centro moderno, na zona do Pedregal. Para tal, já constituímos a Empresa Incineradora da Praia, em que o governo e o município detêm 51%, e os privados 49%. Em Dezembro deverá ser feita a primeira transferência de verbas, para arrancarmos com o projecto. Esta unidade fará o tratamento de todo o lixo da Praia, de Santiago, e, numa segunda fase, de ilhas como o Sal, São Vicente. E, tendo em conta as suas potencialidades turísticas, o Maio e a Boa Vista seguir-se-ão também.

- E enquanto não chega essa incineradora?

- Ainda antes do Natal chegarão mais contentores de lixo. Vamos também alargar a recolha domiciliária de lixo aos bairros já consolidados. E ainda fortalecer o sistema de limpeza e recolha do lixo, com mais carros. Mas apostaremos também na sensibilização. Assim, personagens como o Zé Tchoco voltam à televisão.

- E relativamente aos esgotos que correm a céu aberto em algumas zonas da cidade?

- Essa questão é da responsabilidade da Electra. Nós temos intervido de uma forma mais global, pressionando a empresa para resolver a situação. No que nos toca, concluímos a segunda fase da extensão da rede de esgoto e água na Praia, passando de uma cobertura de 30 para 65%. Neste momento temos em execução em vários bairros - Quelém, Achadinha, Eugénio Lima, Achada Grande da Frente, Brasil e Tira-Chapéu — a ligação domiciliária à rede de esgoto e água, através de programas da União Europeia e da ONG Solmio, mas também do Plano Municipal de Luta contra a Pobreza. Ao mesmo tempo, estamos a acelerar a questão da ETAR da Praia. O concurso já foi lançado.

- Falando num sentido mais genérico, há quem entenda que o poder local está estagnado, depois de um arranque em força. O que pensa disso?

- É redondamente falso. O poder local está muito forte, isso é incontornável. É claro que não estamos no ponto em que gostaríamos de estar - ter mais recursos, infraestruturas, dar mais emprego, mais formação, mais água, mais luz - mas já fizemos um percurso extraordinário. Ora vejamos: neste momento, o Estado aumentou o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 7 para 10%, uma subida significativa. Por outro lado, a nova lei das finanças locais vai permitir que os municípios tenham acesso a créditos internos, no quadro da cooperação descentralizada. Hoje, temos a linha de crédito da Cooperação Francesa, temos o financiamento para os projectos municipais para o ambiente, no âmbito do PANAI. E há naturalmente outras fontes. As obras estruturantes que o governo faz em territórios municipais também devem ser contabilizadas como ganhos económicos e financeiros. O problema é que muitas vezes limitamo-nos a falar do FEF. Mas temos mais alternativas.

- O governo, e não só, acusa também as CM de não prestarem contas da sua gestão. E, muitas vezes, basta o poder central falar no assunto para as autarquias falarem em perseguição política.

- Cada câmara deve responder por si nesta matéria. Há uma lei que regula os períodos de prestação de contas e que estipula os prazos em que elas devem ser remetidas ao Tribunal de Contas. Para além disso, o governo tem poder de instaurar inspecções no período que achar conveniente. Não há razões para entrar nesta guerra de quem entrega ou não as contas.



“ O poder local está muito forte, isso é incontornável. É claro que não estamos no ponto em que gostaríamos de estar - ter mais recursos, infraestruturas, dar mais emprego, mais formação, mais água, mais luz - mas já fizemos um percurso extraordinário ”

Sexta-feira, 25 de Novembro de 2005

“Este estatuto especial ainda não está à altura da Praia”

- Nas próximas autárquicas teremos Filú burgomes-tre?

- Ainda está muito cedo para falar das próximas autárquicas, para saber se vou concorrer ou não. Por agora estou concentrado em fazer um bom mandato. Mas Filú poderá ser burgomes-tre, ou prefeito, melhor dizendo, se o Estatuto Especial, que provavelmente será aprovado na sessão de Dezembro da Assembleia Nacional, for aplicado antes dessa data. Depois haverá um período de transição e, nas próximas autárquicas, far-se-á uma eleição adequada ao novo estatuto administrativo.

- É mesmo desta vez que vamos ter estatuto?

- Sim, espero que reúna o consenso dos parlamentares.

- É um estatuto à altura da Praia?

- Provavelmente não, mas é o estatuto possível para o tempo em que vivemos e para o desafio que a cidade agora enfrenta enquanto capital. Sou a favor de um processo gradual.

- O que seria um estatuto adequado?

- É difícil responder à questão posta dessa forma, mas

as experiências de outras cidades-capitais apontam para as possibilidades de haver polícias municipais, tribunais a nível de municípios, etc. No entanto, estas são soluções que Cabo Verde neste momento não nos pode dar.

- Entretanto, já vai recebendo dinheiro do Estado para a iluminação pública. - São os custos da capitalidade que já rendem ou esta é apenas uma mãozinha do governo em vésperas de legislativas?

- Praia é uma questão nacional. Se tenho uma cidade há meses sem água, sem energia nem iluminação pública, então é preciso que encontremos soluções para resolver essa questão. Os próprios estatutos dos municípios prevêm a intervenção do Estado em situações de precariedade de água e energia. E o caso da Praia é periclitante, nesta matéria. Penso que é uma solução justa.

- Como será feita, a partir da aprovação do Estatuto, a administração dos cinco grandes bairros em que a cidade será dividida?

- O Estatuto Administrativo prevê que, por cada bairro exista um gestor público. Este será um elemento nomeado pelo

prefeito com base em critérios sobretudo técnicos. A nova organização permitirá descentralizar o poder municipal, uma vez que o prefeito delegará funções nos gestores do bairro. Isto, por si só, garantirá não só uma maior eficácia em matéria de gestão dos recursos como também facilitará o acesso das pessoas às fontes do poder. Será uma descentralização voltada para a auto-gestão dos bairros e para a participação dos vários agentes comunitários.

- Há quem afirme que as Câmaras passam a vida a exigir mais poderes ao governo mas quando toca a elas descentralizar fecham-se em copas. Não é uma incoerência?

- Eu estou à vontade para falar disso, porque tenho assinado protocolos com associações de desenvolvimento local e com ONG's, que fazem a gestão de estruturas comunitárias. Mas concordo que os municípios têm realmente essa tentação de, por um lado, pedir a descentralização e, por outro, não descentralizarem o seu poder. Isso é uma coisa que se deve evitar. Até porque Cabo Verde, pela sua dispersão geográfica, tem que assumir, definitivamente, a sua vocação descentralizadora.

CARREIRA DIPLOMÁTICA

PR engaveta diploma de estatuto

O presidente da República tem engavetada a homologação do novo estatuto dos diplomatas. Tudo por causa de algumas “incongruências” do documento, aprovado recentemente pelo Conselho de Ministros, e que permite a progressão vertical e sem escala de um grupo restrito de diplomatas de carreira que integraram o governo de José Maria Neves. O ministro Victor Borges recusa-se, no entanto, a falar sobre tal dossier.



O Chefe de Estado está a ponderar se homologa ou não o diploma do novo estatuto de diplomatas, tal como foi aprovado recentemente em Conselho de Ministros. Tudo por causa de contestações por parte de alguns diplomatas de carreira, segundo as quais o dispositivo em apreço preconiza a promoção vertical e sem escala de certos diplomatas, sem que antes tenham passado pelas categorias legalmente previstas. “Basta-lhes ter passado pelo governo para ultrapassar os seus colegas, e chegar ao topo da carreira”, comentam fontes do MNECC.

Ainda assim, segundo este jornal apurou, Pedro Pires não pretende vetar a homologação da aludida lei. “Não se trata de um veto. O diploma efectivamente já deu entrada na Presidência da República e o chefe do Estado, em articulação com o governo, está a gerir o momento mais oportuno para decidir sobre a homologação do mencionado estatuto”.

É que, conforme os críticos, as cláusulas do diploma, que preconizam tal progressão, beneficiam sobretudo um grupo de diploma-

tas que foram chamados a integrar o governo, enquanto ministros ou secretários de Estado. Isto em alegada vantagem face aos demais colegas que, mesmo estando no sistema e com mais tempo de serviço prestado, não optaram ou não foram convidados para desempenhar cargos governamentais.

“Há casos de secretários de embaixada que podem ascender a ministro plenipotenciário sem que antes tenham passado pela categoria de conselheiro”, reclama um diplomata. Dentre beneficiários dessa situação, essa fonte cita, a título de exemplo, o actual secretário de Estado Domingos Mascarenhas, a cônsul em Boston, Maria Jesus Mascarenhas, e o antigo ministro-adjunto do primeiro-ministro, Jorge Tolentino, agora chamado para ser embaixador em Berlim, Alemanha.

Mas as contestações ao novo estatuto de diplomatas não ficam por aí. “Há também situações de conselheiros que, sem passarem pela categoria de ministro plenipotenciário, sobem directamente para o nível de embaixador”, diz a fonte deste jornal, para quem, não estando o novo estatuto homologado,

deve-se aplicar o que está em vigor. Portanto, à luz do actual estatuto nenhum secretário de embaixada de carreira pode ser promovido antes do tempo. Pois, o estatuto estabelece que para ser embaixador de carreira o diplomata tem que passar, no mínimo, pela categoria de ministro plenipotenciário. Isto salvo raras excepções, em que um conselheiro pode, conforme o legalmente previsto, desempenhar a mencionada função.

Entre outras personalidades que integram o grupo que vai beneficiar de tais privilégios, estão José Armando Duarte, embaixador em França, e Fátima Veiga, chefe da missão de Cabo Verde junto da ONU. Também eles, recorde-se, foram membros do governo de José Maria Neves. Mas também fazem ainda parte do mesmo grupo os diplomatas Júlio Morais, embaixador em Pequim, e Alfredo Monteiro, antigo cônsul de Cabo Verde em Boston.

Questionado a comentar as constatações e o processo da homologação do estatuto que vimos referindo, o ministro Victor Borges escusou-se, por ora, a falar desse dossier e mandou dizer, através do director do seu ga-

binete, estar indisponível para conceder entrevistas sobre a matéria em causa.

Fontes de **A Semana** avançam, porém, que, com as medidas referidas, o governo pretende desbloquear a progressão na carreira de alguns diplomatas e promover aqueles que exerceram cargos de responsabilidade no governo. “Não é todos os dias que um cidadão é chamado a integrar o governo e nem faz sentido que, quando cessa tal função, o mesmo regressasse ao seu posto de origem na mesma categoria”, fundamenta um dos envolvidos no processo, que qualifica a medida do executivo como sendo justa e oportuna.

Aliás, em abono da verdade, o estatuto dos diplomatas tem passado por vários retoques, e cada um deles recheado de reclamações por parte dos não contemplados pelas medidas adoptadas pelos sucessivos governos nesta matéria. Por isso, revelada que se encontra mais este caso de revisão, resta agora saber quando o presidente da República pretende tirar o diploma da gaveta para a sua homologação.

Alírio Dias de Pina

Obra em Escurraletes causa polémica

O início de construção de uma vivenda na orla marítima de Escurraletes, Porto Novo, reacendeu a polémica em torno dos terrenos daquela encosta. A delegação marítima e o representante do MIT reagiram contra a atribuição de licença por parte da Câmara Municipal e a obra foi paralisada. Agora a edilidade admite que o gabinete técnico falhou nesse processo.

A obra foi paralisada mas o assunto não está encerrado porque, segundo uma fonte deste jornal, o dono do projecto não aceita a proposta da Câmara para construir em outro local. Na verdade, ele terá os seus motivos para reivindicar o direito de construir naquela zona, pois foi o próprio gabinete técnico daquele município que lhe atribuiu a licença para executar a referida obra.

Só que o terreno fica dentro da chamada orla marítima, portanto fora do domínio municipal. Por esse motivo, há quem considere que houve uma “falha grave” por parte da Câmara que não só vendeu o terreno, como atribuiu a respectiva licença de construção ao privado. Mesmo o delegado marítimo do Porto Novo, António Reis, afirma que a obra está dentro da orla marítima, por isso a sua equipa vai fiscalizar a zona para que ninguém construa no local sem uma autorização prévia do governo.

O MIT em Santo Antão reage também com firmeza contra a venda de terreno naquele local para construções de privados. Segundo João Ferreira, além dos terrenos se situarem na orla marítima, enquanto durar as obras da estrada Janela/Porto Novo, a zona estará sob controlo daquele ministério. “A partir da construção da estrada, os terrenos da obra, mais

25 metros dos dois lados, ficaram sob jurisdição do MIT. Por esse motivo, achei estranho que a Câmara tivesse autorizado a construção de uma casa a 10 metros de parte de uma estrada que ainda não está entregue”, especifica Ferreira.

Outrossim, alguns técnicos consideram “no mínimo incoerente ou mesmo irresponsável” o facto de a autarquia autorizar a construção de casas naquele terreno, exactamente num momento em que se prepara para obrigar as gasolinas a retirar os seus depósitos daquela orla marítima. Além do mais, um engenheiro defende que nunca se deveria permitir a edificação de moradias na orla marítima para tapar o visual da encosta, mesmo porque “terrenos urbanizáveis” não vão faltar na zona posterior a estrada Janela/Porto Novo. “Alguém anda a inventar na Câmara Municipal, vendendo lotes até em zonas não cobertas pelo plano urbanístico. E isso pode prejudicar o desenvolvimento harmonioso da cidade,” anota a nossa fonte, sob anonimato.

Confrontado com a situação da venda do terreno em Escurraletes, o presidente da Câmara do Porto Novo reconhece que houve falha do seu gabinete técnico na hora de atribuir a licença de construção naquela zona. “Pedimos a interrupção imediata da obra porque só por lap-



so foi aprovado o projecto”, disse o autarca em conversa telefónica com **A Semana**.

Ademais, Amadeu Cruz admite que a zona nem sequer está coberta pelo actual plano urbanístico pelo que, mesmo que o terreno estivesse fora do domínio marítimo do Estado, não se podia permitir o arranque da obra. De todo o modo, Cruz acrescenta que no momento da nossa conversa - na passada terça-feira - ele não tinha ainda garantias de que a obra do privado estava dentro da orla marítima, ou seja, a 80 metros da encosta.

O edil avança, contudo, que já pediu a Direcção-Geral de Marinha e Portos a desanexação dessa zona do domínio marítimo do Estado, a favor do poder municipal, para que que possa posteriormente autorizar a urbanização do local. Uma questão que causa muita controvérsia, pois contraria a tese de que não se deveria autorizar a construção de ne-

nhuma moradia naquela orla.

De resto, não é a primeira vez que o negócio dos terrenos daquela zona causa polémica. Há menos de cinco anos, a DGMP chegou a embargar a construção de algumas vivendas naquela região, indo o caso parar nas instâncias judiciais. Nessa altura, o tribunal deu ganho de causa à Câmara e aos compradores por considerar que não existia uma legislação clara sobre essa matéria.

Mas depois de muita discussão sobre os solos em Cabo Verde, os representantes do Estado querem evitar a todo o custo que a Câmara autorize a construção de moradias orla marítima, para que não haja mais barafunda. E é justamente por causa disso que a delegação marítima do Porto Novo já avisou que só com uma ordem expressa do governo vai permitir a edificação nesse local.

João Almeida Medina

Governo e OACV de novo de candeias acesas

A Ordem dos Advogados e o governo estão de novo de candeias acesas. É que os novos estatutos da OACV a ser apresentada hoje ao parlamento e que impõe, entre outras medidas, novas eleições nessa entidade, já mereceu um comunicado do conselho superior da ordem que considera alguns dos seus postulados “*mais uma abusiva e inaceitável tentativa de intromissão do governo nos assuntos que só ao advogado e à ordem dizem respeito*”. E o governo, contrapõe evocando a necessidade de tutela da legalidade. Já Vieira Lopes, que contesta a actual direcção da OACV, considera que o referido comunicado peca por “*falta de escrúpulos e de vergonha*”. O executivo, esse, afirma que a última palavra é da Assembleia Nacional.

Anova lei das associações e ordens profissionais e a proposta de lei dos novos estatutos da Ordem dos Advogados (esta a ser apresentada hoje ao parlamento) estão a ser contestadas pela OACV. É que caso por aprovada, a lei dos novos estatutos prevê, entre outras medidas, novas eleições na OACV, no prazo de 90 dias após a aprovação desse diploma, bem como uma comissão eleitoral formada por cinco advogados, dois nomeados pela mesa da Assembleia Geral daquela ordem e os restantes três pelo Ministério da Justiça.

Em comunicado, divulgado na quarta-feira, 23, o Conselho Superior da OACV insurgiu-se contra o que considera ser “*mais uma abusiva e inaceitável tentativa de intromissão do governo nos assuntos que só aos advogados e à sua Ordem dizem respeito*”. Isto porque, segundo o comunicado assinado pelo vice-presidente da OACV, Arnaldo Silva, a proposta de lei em causa retira à mesa da Assembleia Geral as atribuições e deveres conferidos a ela - preparação e realização das eleições - transferindo-as para a referida comissão, formada por cinco elementos, dois indicados pela OACV e os outros três pelo Ministério da Justiça.

Assim, para além de não ter sido ouvida sobre esta matéria, como impõe a lei, a OACV diz não poder “*aceitar que o governo viole de forma tão grosseira a sua autonomia organizacional, o que constitui também preterição de um dos princípios fundamentais consagrados no art.63/3 da Constituição*”.

O comunicado contesta também a inelegibilidade imposta aos bastonários nacional e regional da Ordem. Mais, a OACV afirma que soube por terceiros das alterações propostas pelo governo tanto ao anteprojecto dos estatutos da Ordem, como ao anteprojecto da lei sobre as associações públicas profissionais. E, para finalizar, a OACV deixa um aviso ao governo: se persistir “*na sua teimosia*” ela, a Ordem, e os advogados de Cabo Verde não irão permitir e utilizarão todos os mecanismos legais ao seu alcance para evitar mais esta “*atrocidade jurídica do governo*”.

VIEIRA LOPES: “FALTA DE ESCRÚPULOS”

O jurista Felisberto Vieira Lopes, que se opõe à actual direcção da OACV, por considerá-la ilegítima, diz a este jornal que o comunicado divulgado em nome dos advogados de Cabo Verde peca por “*falta de escrúpulos e de vergonha*”.

Com efeito, abordado por este jornal sobre o assunto, Vieira Lopes começou por afirmar: “*Sem prejuízo para posterior declaração, porque neste momento estou de luto por perda de uma pessoa de parentesco e muita amizade, devo chamar a atenção do público para a falta de escrúpulo e de vergonha por parte de um dos assaltantes da Ordem dos Advogados que, em vez de tirar o argueiro do próprio olho e cumprir o Acórdão do Tribunal Constitucional, ousa tecer críticas a terceiros*”.

Ou seja, para Vieira Lopes, “*nenhum crédito tem qualquer pessoa que, em vez de cumprir a legalidade, tripudia sobre ela e vem agora farisaicamente com críticas para se dar ares de titular de órgão da Ordem dos Advogados, que assaltou*”.

Mas também no entender daquele jurista nada disto estaria agora a acontecer se o governo tivesse agido há mais tempo contra o grupo que “*assaltou*” a OACV. “*Se o governo os tivesse corrido da OACV, como manda a lei, não estaríamos agora a ouvir a insolência do comunicado de imprensa, abusiva e ilegalmente feito em nome da Ordem dos Advogados de Cabo Verde*”.

TUTELA DE LEGALIDADE

O mesmo comunicado da OACV foi recebido com estranheza pelo Ministério da Justiça. Até porque um dos pontos contestados por ela, isto é, a criação de uma comissão eleitoral para assegurar as próximas eleições na OACV, foi tratado com o bastonário Carlos Veiga, durante a reunião de trabalho que tiveram para analisar a nova

lei das associações e ordens profissionais, os novos estatutos da OACV bem como a necessidade que havia de proceder a novas eleições.

“*Nesse encontro*”, esclarece a assessora Marisa Morais, “*foi abordada a necessidade de renovação dos órgãos, a marcação das eleições e a composição da CE. Ao abrigo da lei e da Constituição, por uma questão de transparência e democraticidade, se disse que se iria nomear uma CE que teria à frente um procurador-geral da República adjunto. O bastonário apresentou reticências, contrapondo que a comissão apenas devia integrar advogados. O Ministério da Justiça mostrou flexibilidade e aceitou a sugestão*”.

Morais confirma, com isso, o desmentido de Carlos Veiga divulgado pelo jornal Liberal de ter sido ele a propor que a integração da Comissão Eleitoral da OACV fosse constituída por dois advogados indicados por essa Ordem e os três restantes pelo Ministério da Justiça. Esclarecido este aspecto, Morais lembra que a OACV é uma associação pública, que exerce poderes públicos, em nome do Estado. “*Isto está claríssimo na Constituição*”, afirma, sublinhando que “*o Ministério da Justiça visa apenas garantir que todas as sensibilidades dos advogados, que estão publicamente divididos a este respeito, estejam representadas na dita CE, para evitar que novas suspeições possam recair nas eleições como já aconteceu por duas vezes em 2001 e agora mais recentemente*”.

A assessora esclarece, entretanto, que para o Ministério da Justiça “*não há advogados do governo e advogados da OACV*”, como refere o comunicado divulgado na quarta-feira. “*Do meu ponto de vista, e esta é uma posição pessoal, esta é uma exploração demagógica que se procura fazer da questão*”, refere.

A fonte deste jornal assegura, outrossim, que o governo apenas reivindica nos novos estatutos das ordens a “*tutela da legalidade*”, abrindo inclusive mão dos poderes que tem até aqui. “*Ao abrigo da lei de 1995, que regula esta matéria, o governo podia substituir*

se aos órgãos da OACV. Retirou-se essa cláusula porque a consideramos inconstitucional”, aponta Marisa Morais, para ilustrar até onde vai a abertura do Ministério da Justiça em relação a este assunto. “*Tanto mais que no projecto apresentado pela OACV fala-se em tutela administrativa. O MJ aditou, de forma a deixar claro, que a tutela é de mera legalidade*”.

Por fim, o Ministério da Justiça faz saber que tanto a nova lei das associações e ordens profissionais, como os estatutos destas, inclusive os da OACV, são competência da Assembleia Nacional, que é quem tem a última palavra nesta matéria. Por conseguinte, o que for aprovado pela AN será acatado com naturalidade pelo governo.

PARLAMENTO

Aliás, aqueles diplomas integram a pauta dos assuntos levados à plenária deste mês da AN, que hoje deve chegar ao fim. Um dos pontos que os deputados devem definir é se algumas das referidas propostas de lei devem ser votadas por maioria simples ou qualificada.

Aprovadas encontram-se já a chamada lei da verdade e reconciliação, a lei da organização da justiça e a lei sobre a protecção do utente de serviços públicos essenciais. Até ao fecho desta edição, estava em discussão, na especialidade, o projecto-lei que define e regula os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, aprovada na globalidade pelas duas bancadas.

Note-se ainda que alguns dos diplomas aprovados mereceram apenas o voto favorável do PAICV. É o caso da lei da verdade e reconciliação, em que o MpD reiterou, na votação final, a sua rejeição a essa iniciativa, apelidando-a de “*lei do cinismo*”. A lei da organização da justiça e a lei que protege os utentes de serviços públicos essenciais passaram por unanimidade.

JVL/ADP

Aconteceu**SEXTA-FEIRA, 18**

Fundação Direito e Justiça e a Fundação Bissaya Barreto promovem o colóquio "O ensino universitário como factor de coesão social e reforço da cidadania". As duas instituições querem com isso não só promover o ensino universitário como lançar as bases para o futuro Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais.

SABADO, 19

Acontece no Mindelo a IX Feira Internacional de Cabo Verde. O evento reúne mais de 150 expositores de Cabo Verde, Portugal, Brasil e das Canárias. Construção civil, banco, alimentos são os sectores que compõem a montra dos stands da Feira.

DOMINGO, 20

Ministro da Defesa e dos Assuntos Parlamentares assina o juramento da bandeira, acto proferido pelos novos membros das Forças Armadas de Cabo Verde. No seu discurso Armindo Maurício exorta os militares e cabo-verdianos no geral a estarem preparados para as ameaças externas, advenientes da nova realidade sócio-política mundial, e caracterizada, sobretudo, por actos de terrorismo e actividades de narcotráfico.

SEGUNDA-FEIRA, 21

Praia acolhe XIVª Sessão da Comissão Mista Cabo Verde/Cuba. As relações económico-empresariais, a educação/formação, a saúde, a agricultura, a pecuária, o ambiente e pescas, a cultura, a defesa e a juventude são alguns pontos na agenda desta reunião que toca as linhas-mestras das relações Cuba/Cabo Verde. A XIV Comissão Mista Cuba/Cabo Verde deve ainda aprovar um Programa de Cooperação Económica e Científico-Técnica entre as partes, para o período 2006-2007.

TERÇA-FEIRA, 22

Ministros da Justiça da CPLP reúnem-se na Praia, na sua décima conferência. "O Auxílio Judiciário em Matéria Penal", "A Extradicação", "A transferência de Pessoas Condenadas" são alguns acordos a serem assinados neste encontro de dois dias.

QUARTA-FEIRA, 23

Missão da Agência Financeira Internacional do Banco Mundial apresenta relatório sobre o sector privado cabo-verdiano. O documento foi elaborado pela Agência Financeira Internacional (IFC) do Banco Mundial, no quadro do MCA e identifica com detalhes os estrangulamentos por que passa o sector privado. Também aponta o turismo como uma das principais áreas de oportunidade de negócios neste arquipélago.

QUINTA-FEIRA, 24

Inspeção-Geral das Finanças promove seminário sobre "A boa governação e o poder local" Durante esta formação, financiada pelo PNUD, são abordados temas como: "O controlo interno nas organizações públicas", "Aplicação da nova lei de finanças locais", "Execução orçamental - regras, princípios e procedimentos" e ainda "A conta de gerência, sua fiscalização e a efectivação da responsabilidade financeira". Participam do encontro presidentes das câmaras municipais, magistrados, inspectores, secretários municipais, entre outros.

Henrique não ganhou para o susto ao decidir, no início da madrugada de sábado, ouvir música num pub da Achada de Santo António. Só notou o adiantado da hora quando saiu de casa e por isso, ao chegar em frente ao local para onde se dirigiu, nem sequer saiu do carro. Ainda ficou um pouco a ver a movimentação, mas decidiu voltar para casa. No caminho, nas proximidades de A Bolha, foi surpreendido por um grupo de jovens que pareciam ter caído no local de pára-quadras. Em tom ameaçador, exigiram dinheiro para o táxi.



Gangs ganham t

A presença de espírito parece ter vindo em seu socorro. Fingindo à-vontade, disse que ia estacionar melhor para procurar troco. Foi quando os dois jovens postados em frente à viatura, com cara de poucos amigos, deixaram espaço para Henrique acelerar e fugir sem olhar para trás, apesar do barulho das pedras contra a sua viatura. Felizmente, no seu caso, o ataque de um gang, "formado por jovens altos e vestidos ao estilo thug" não passou de um susto.

A mesma sorte não teve, entretanto, um guarda de um dos bancos de Achada de Santo António. Pela descrição das duas ocorrências, tudo indica que o mesmo gang actuou, um pouco mais tarde, nessa zona. Espancaram o guarda, aparentemente "só pelo simples prazer de humilhá-lo", tiraram outros guardas do seu posto, que correram em socorro do colega, e tentaram depois obter algum benefício da situação em viaturas e alguns prédios da zona. Só não atingiram os seus objectivos porque os guardas, com nada mais que o próprio corpo para se defenderem, gritaram pela Polícia, o que fez o grupo correr em direcção à Escola Eugénio Tavares, antigo Ciclo da Achada. No fim de semana passado também chegou a notícia de um pretense membro de um grupo de "caçu bodi", morto nas mãos de um deficiente mental.

Estas duas histórias são reveladoras de um

fenómeno que começa a incomodar os moradores da capital. Há quem diga mesmo que a cidade se encontra, neste momento, dividida entre os diferentes gangs, com nenhum deles a poder actuar no território do outro. E na lei estabelecida pelos grupos, um simples olhar a uma 'pequena' do bando rival pode significar violência. O caso do jovem Hamilton Cardoso de Pina, de 22 anos, morto na madrugada do dia 5 de Novembro na Praia, é bem elucidativo dessa realidade de jovens que buscam talvez, na violência, no ataque irracional e até na morte o sentido de uma vida sem sentido. Casos reveladores dessa realidade multiplicam-se pelos bairros, sobretudo na sequência de festas, e passam de boca em boca.

E tal como os casos, multiplica-se, também, a revolta de cidadãos perante a lei que, afinal, esteja aí para limitar a sua liberdade. Mostram-se determinados em fazer justiça com as próprias mãos se forem colocados perante a intimidação de elementos de qualquer gang, cuja lógica não querem entender nem explicar. Mas nesse meio há quem tente, entretanto, apontar o dedo a modismos importados dos Estados Unidos - onde os gangs substituíram as famílias de muitos jovens cabo-verdianos - e a realidade dos deportados, muitos deles membros de gangs lá onde viviam.

A Polícia, esta, parece ainda não ter pulso para lidar com a situação. A **Semana** ten-

tou contactar com responsáveis da POP na Praia e, informalmente, foi possível saber que a nova onda na capital faz parte das suas preocupações. "Estamos a averiguar a situação, recolhendo informações com os serviços de piquete no terreno. Entretanto, porque ainda não temos dados sistematizados, não podemos dizer se os grupos que estão a actuar são organizados ou não", diz-nos fonte policial.

E se a Polícia não conhece a real situação, não se pode falar em acções para pôr cobro a um problema que, apesar de já ter feito vítimas, pelo menos uma delas mortal, está ainda no reino do diz que diz. Apesar disso, e pelos casos que vão sendo conhecidos, muitos praienses dizem ter razões de sobra para se preocupar, sobretudo quando se aproxima a época das festas, altura em que a criminalidade normalmente aumenta.

ESCOLA DE MARGINALIDADE

Apesar de não haver dados sistematizados sobre este fenómeno, já há gangs conhecidos na Praia. Têm como marca a forma de vestir, optam quase sempre pelas roupas pretas e largas, e não são discretos nos lugares onde aparecem, sendo as festas - particularmente nas escolas - o palco ideal para darem o seu show. Nesses grupos, afirma quem os conhece, misturam-se jovens adultos, depor-

ASSALTOS E AGRESSÕES NO MINDELO

PERIGO NAS

Este Natal promete ser complicado para os mindelenses em matéria de segurança, caso as autoridades não venham a reverter o curso da corrente. Agressões gratuitas e assaltos à mão armada, um deles acompanhado de tentativa de violação, têm vindo a ser relatados nos últimos dias o que faz com que as pessoas comecem a revelar uma maior prudência na rua, principalmente à noite.

Uma funcionária de **A Semana** foi alvo de uma investida, por parte de um homem que a atacou em frente à discoteca O Astro para lhe roubar a bolsa. O assaltante ficou com o telemóvel e a carteira, "devolvendo" depois os documentos, que foram encontrados na rua. Um jornalista também deste semanário "perdeu" o aparelho DVD, quando um gatuno entrou-lhe casa adentro, por uma janela que estava aberta.

Dados não oficiais dão conta que um casal foi surpreendido por um grupo armado que tentou violar a moça. Esta foi salva graças à aproximação de um automóvel.

Paralelamente aos assaltos, Mindelo continua a registar agressões com armas brancas, em alguns casos com vítimas mortais. No espaço de uma semana, duas pessoas sofreram ataques à facada, enquanto que uma mulher e um homem foram agredidos à pedrada.

Na sequência de uma discussão com um grupo de rapazes, Tanha foi alegadamente atirada contra uma escada por um deles e atingida, acto contínuo, com uma pedrada na cabeça, desferida à curta distância. Transportada para o hospital, a vítima esteve seis dias em coma, antes de falecer. A agressão ocorreu à porta da casa de Tanha, na presença de uma das filhas, e, na perspectiva de um advogado, os companheiros do agressor podem ser co-responsabi-



Terreno na capital

tados, e menores, estes último acabando por ter nos gangs uma escola de marginalidade.

Importante notar que o que os une não é a necessidade de bens materiais, já que os gangs são formados tanto por jovens pobres quanto por aqueles provenientes das chamadas "famílias de bem" ou "copo leite". Não sendo uma realidade recente, o vandalismo perpetrado por grupos de jovens de forma pontual faz parte das atitudes que visam "a afirmação da identidade", conforme diz Fernando Carrera, antigo representante do Unicef em Cabo Verde.

Mas quando o vandalismo juvenil ultrapassa acções pontuais, tornando-se sistemáticas, estamos diante de um vandalismo patológico, praticado por gangs ou grupos juvenis, que recriam, para os seus membros, "uma situação de autoridade parental que não encontraram na família". Isto explica, em linhas gerais, a existência desses grupos e o facto de jovens, aparentemente vindos de famílias de bem, integrarem esse tipo de organização e submeterem-se às suas regras.

No caso dos gangs, "o chefe do grupo funciona na lógica da autoridade parental. É ele que define o que cada um deve fazer", recriando, neste caso de forma deturpada, o que deveria ser o papel da família, protegendo mas também estabelecendo leis que nem sempre vão ao encontro do que é norma para o funci-

onamento da sociedade. Entretanto, é bom notar que, no caso específico de Cabo Verde, para além da desestruturação da família, que deixa de ser o grupo de orientação e protecção da criança e do jovem, o próprio "desenvolvimento socio-económico do país está a afectar as crianças", segundo Fernando Carrera.

Apesar dos claros benefícios desse desenvolvimento a todos os níveis, a pobreza urbana que é ainda uma realidade no país, "influencia de forma clara o jovem". Um jovem que também não passa na escola porque não estuda e que acaba por ser colocado fora do sistema escolar. Aliás, o entrevistado de **A SEMANA** apresenta a educação e o nível de escolaridade mais alto possível, como uma espécie de antídoto contra este e outros problemas que afectam crianças e jovens.

É por isto que Carrera não entende porque o sistema de ensino em Cabo Verde decide pôr um menor ainda protegido pela legislação vigente, fora da escola só com base no factor idade. Para ele, "pôr uma criança fora da escola, por causa da idade, aos 17-18 anos, é um crime". E quando essa criança é colocada fora da escola, "que oportunidade a sociedade dá a essa criança?", questiona.

Mas se de um lado o sistema aperta com o menor que não quer estudar, por outro é demasiado complacente com as suas falhas, as transgressões que comete no seio da sua co-

munidade. Contradições de uma legislação que por um lado exclui e por outro protege até às últimas consequências o menor mesmo quando esse menor é factor de instabilidade e um mal social.

Sim, porque diz a fonte do Unicef, a preocupação com o respeito pelos direitos dos menores, até 18 anos, direitos esses explícitos na legislação cabo-verdiana, não pode pôr de lado a lógica de que os direitos e liberdades dos jovens termina lá onde começa os direitos dos outros. Ou seja, "não significa que ele não deve assumir as responsabilidades pelo que faz, sobretudo se esses actos forem lesivos para a sociedade em que se insere". Na opinião desse antigo responsável do Unicef em Cabo Verde, "os jovens devem saber que há limites para a sua conduta, já que o conceito libertino dos direitos humanos acaba por violar os próprios direitos humanos".

E para aqueles que pisam na bola, prossegue o nosso interlocutor, "a Justiça deve falar mais alto". E, por isso, defende a existência de "uma Justiça Penal Juvenil", com gente capacitada na matéria, "para pôr fim à lógica da violência juvenil", isto é, "uma Justiça que dá direito de defesa ao jovem, mas que lhe mostre que não pode ficar impune" face a eventuais prevaricações. Porque só assim poderá, a partir daí, construir um projecto de vida válido.

S ESQUINAS

lizados criminalmente pelo ocorrido.

Outra pessoa que levou uma pedrada na cabeça foi Tchinda, o conhecido gay mindelense. "Era um grupo de rapazes. Vieram ter comigo, fizeram-me algumas perguntas, depois foram ter com alguns vizinhos meus e começaram a ofendê-los. Aí tive que intervir e mostrar-lhes que não íamos aturar abusos. Assim que lhes voltei as costas, um deles apanhou uma pedra e atingiu-me na cabeça", conta Tchinda. O ferimento foi suturado com dez pontos, no hospital de São Vicente.

Na Vila Nova, um desentendimento entre dois rapazes foi resolvido à facada. A vítima, um cadastrado, acabou por falecer no hospital, no dia seguinte. Quem, apesar de tudo, ainda teve sorte foi um taxista que recebeu um golpe de faca no abdómen, desferido, supostamente, por um cliente. Foi impossível determinar se o con-

dutor foi alvo de uma tentativa de assalto ou se um outro motivo esteve por detrás da agressão.

Perante este surto de crimes, as autoridades policiais demonstram estar a par das ocorrências e prontas a dar combate aos delitos. "A Polícia tem estado a patrulhar locais de grande movimento de pessoas, colocando-se nos pontos estratégicos, e acho que a situação vai conhecer uma acalmia", prognostica Firmina Melício, chefe da Esquadra de Fonte d'Inês, que não deixa de fazer uma relação entre essa onda de assaltos e a sultura de vários presos da cadeia da Ribeirinha. Segundo Melício, dois desses ex-presidiários foram capturados pela POP e entregues ao poder judicial. Isto enquanto que a Judiciária conta, também, deitar a mão a outros suspeitos da prática de furtos e assaltos violentos.

KZB

SERÁ NOTÍCIA

INSTITUTO NACIONAL DE Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH) promove hoje, 25, um atelier sobre a gestão integrada dos recursos hídricos. Pretende-se com esse encontro, presidido pela ministra da Agricultura, Ambiente e Pesca, Madalena Neves não só sensibilizar os parceiros quanto à necessidade da constituição formal da Parceria Nacional sobre a Água como também engajá-los nessa luta.

MINISTRO DAS FINANÇAS, João Serra, recebe, no dia 28, uma delegação do Banco de Investimentos e Desenvolvimento da Organização dos Estados da África Ocidental, CEDEAO. Identificar novos projectos a serem financiados para os sectores público e privado é um dos principais propósitos desta visita a Cabo Verde.

PRAIA RECEBE DE 5 a 9 de Dezembro um workshop sobre os dados e indicadores para o seguimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), realizado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas. Para o presidente do INE, o acolhimento deste atelier irá conferir notoriedade a Cabo Verde e ao sistema estatístico nacional. No evento participarão cerca de 50 pessoas provenientes dos países da Organização dos Estados da África Ocidental, CEDEAO, da que Cabo Verde faz parte.

CENTRO DE ESTUDOS Cabo-Verdianos em Portugal pretende assinalar, em parceria com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a 6 de Janeiro de 2006, o lançamento das Edições Claridade e a publicação, em Dezembro de 1935, do livro de poemas Arquipélago de Jorge Barbosa, com um colóquio intitulado Jorge Barbosa e o Movimento Claridade. Este Colóquio realiza-se no Auditório da Fundação Victor de Sá, na Universidade Lusófona. "O ambiente literário Cabo-verdiano nos anos 30-60" e "Arquipélago, Atlânticidade e Caboverdianidade" serão os dois painéis em análise. O escritor Teixeira de Sousa, e professores Alfredo Margarido e Fátima Monteiro, ambos da Universidade Lusófona, Elsa dos Santos e José Hopffer Almada, dissertarão sobre esses dois grandes fenómenos da literatura cabo-verdiana. Antes do cair do pano sobre as actividades, haverá um recital de poesia de Jorge Barbosa.

Sexta-feira, 25 de Novembro de 2005

Correio das ilhas

Banco Mundial, BEI e BAD reformulam relações com Cabo Verde

A Cidade da Praia recebe estes dias missões do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Europeu de Investimentos, organismos que se encontram em vias de reformular o seu relacionamento com este país. Tudo em decorrência da graduação destas ilhas a País de Desenvolvimento Médio, com claro reforço da presença daquelas instituições financeiras neste arquipélago.



INFRAESTRUTURAS, PRATO FORTE DAS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E PARCEIROS EXTERNOS

A saída de Cabo Verde do grupo dos Países Menos Avançados está já a levar alguns dos seus parceiros internacionais a reformatar o tipo de relações com este arquipélago. É o caso do Banco Mundial, cujo director-executivo para a região oeste-africana, o guineense Paulo Gomes, se encontra desde a madrugada de hoje, 25, nesta cidade, para as primeiras conversações em torno do que poderá vir a ser o novo tipo de relações entre Praia e aquela instituição de Bretton-Woods.

Gomes é um conhecedor da realidade cabo-verdiana, visto que não ser esta é a primeira vez que se desloca a Cabo Verde como representante do BM - ele esteve em Cabo Verde em 1999. Portanto, esta sua missão acontece num outro quadro político e macro-económico, decorrido que foi o programa de ajustamento estrutural executado, com alegado sucesso, pelas autoridades cabo-verdianas nos últimos cinco anos, sob o beneplácito do FMI. Um outro dado é o facto de Cabo Verde estar neste momento em período de "transição suave" para a categoria de PDM.

Assim, além de ser recebido por altos dignitários nacionais durante os dois dias da sua estada em Cabo Verde, Paulo Gomes vai fazer com o ministro das Finanças, João Serra, o ponto de situação das actuais relações entre o BM e Cabo Verde e delinear o que pode vir a ser um novo tipo de relacionamento entre ambos. Note-se que esta *demarche* acontece depois de ambos os lados terem chegado à conclusão que o envelope financeiro do BM para Cabo Verde é, neste momento, manifestamente insuficiente.

Um dos sectores que deverá beneficiar do novo impulso que se pretende imprimir à presença do BM em Cabo Verde é o das infra-estruturas. Trata-se, esta, de uma área onde essa instituição financeira já goza de uma presença apreciável, a par do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e agora dos EUA, através do programa MCA.

Entretanto, tendo em vista que Cabo Verde se encontra em vésperas de eleições, as negociações entre Paulo Gomes e as autoridades cabo-verdianas têm apenas um carácter exploratório, ficando o acordo final para

depois das legislativas de 22 de Janeiro de 2006. Assim, é bem provável que um encontro ao mais alto nível venha a ter lugar em Washington, para fechar aquele que deverá ser o novo memorando de entendimento entre o BM e a Cidade da Praia.

Mas não é só o Banco Mundial que está a reconfigurar as suas relações com Cabo Verde. No domingo, 27, chega ao país uma delegação do Banco Europeu de Desenvolvimento, chefiada por M. Ostenc, que também vem discutir até ao dia 2 de Dezembro os futuros investimentos desse organismo da União Europeia neste arquipélago. As infra-estruturas despontam, uma vez mais, como o prato-forte do menu que Bruxelas disponibiliza a estas ilhas.

Note-se que o BEI é um dos financiadores dos novos aeroportos de Cabo Verde, inclusive o da Praia, sendo também uma das entidades que "bancou" o novo sistema de controlo aéreo do Aeroporto do Sal, através da ASA, com mais de 20 milhões de euros. As autoridades cabo-verdianas pretendem, actualmente, não só conseguir recursos do BEI para ampliar

o porto da Palmeira (ilha do Sal), mas também conseguir uma linha de crédito para promover o sector privado.

Quem também está a reavaliar as suas relações com Cabo Verde é o Banco Africano de Desenvolvimento, que tem uma missão no país chefiada por S. Kone. Esta missão acontece numa altura em que se tem como dado adquirido a integração do BAD no grupo de parceiros que decidiu adoptar no seu relacionamento com Cabo Verde o sistema de ajuda orçamental, ou seja, o Banco Mundial, a União Europeia e a Holanda.

De acordo com as nossas fontes, à semelhança do BM, a missão do BAD vem recolher subsídios para delinear o novo modelo que deve reger o relacionamento entre esse banco africano e a Cidade da Praia, tanto mais que integra a delegação de Kone o chefe de divisão dessa instituição, I. Koussoube, responsável pelo departamento das operações por países. "Com esta missão do BAD, vamos identificar os sectores-base e preparar a transição da ajuda assistida à ajuda orçamental", refere uma das deste semanário fontes.

JVL



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE JURO

Data	Tipo	Taxa (%)
Oficiais		
31-05-1999	Redesconto	8.50
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.50
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.00
23-11-2005	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
21-11-2005	Taxa Base Anual 2)	3.16
Títulos da Dívida Pública		
21-11-2005	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	2.35
17-11-2005	Obrigações de Tesouro - 4 anos	5.00

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 23-11-2005

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	79.543	79.684
SUICA	CHF	100	7,120.818	7,133.593
DINAMARCA	DKK	100	1,476.639	1,479.329
EUROPA	EUR	1	110.265	110.265
INGLATERRA	GBP	1	160.902	161.204
JAPAO	JPY	100	78.855	78.982
NORUEGA	NOK	100	1,403.215	1,405.905
SUECIA	SEK	100	1,154.074	1,156.931
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	94.135	94.336
SENEGAL	XOF	100	16.810	16.810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	14.098	14.300

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes. O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.

ELECTRA brinda Capital com mais um "apagão"

Depois de uma trégua, os cortes no fornecimento de energia eléctrica voltaram à capital. A Electra, através do presidente da Comissão Executiva, Rui Santos, explica que a falta de energia registada no início desta semana na cidade da Praia se deveu a uma avaria pontual num dos grupos da central do Palmarejo, que entretanto já foi reparada. Enquanto isso, os geradores prometidos pelo governo para produzir energia alternativa que seria injectada na rede da Electra não chegam e lá se vai o mês de Novembro, prazo fixado pelo ministro da Economia para a vinda desses equipamentos.



Praia à espera de geradores alternativos

Os cortes no fornecimento de energia eléctrica, que no início desta semana mais uma vez quebraram a rotina da cidade da Praia, deixaram os habitantes, empresas e serviços com os nervos à flor da pele. É que muitos temiam a repetição da situação de calamidade registada no mês de Setembro passado. Mas o presidente da CE da Electra, Rui Santos, tranquiliza os praienses. "Houve uma avaria num dos grupos da central do Palmarejo, que entretanto já foi reparada. A situação voltou a normalizar-se", afirma Santos, realçando que quando houver planos de cortes, o que não deverá acontecer a curto prazo, tendo em conta a manutenção recente dos grupos, a população será previamente avisada.

Do lado do governo, ninguém fala deste assunto, não obstante os vários contactos e mensagens indicando a urgência do jornal em esclarecer a população, sobretudo sobre os prometidos geradores alternativos, que deveriam estar em Cabo Verde desde meados de Novembro. Fontes de **A Semana** garantiram, no entanto, que estes equipamentos estão prestes a chegar ao país e que há outros projectos em carteira, nomeadamente o licenciamento de uma empresa de energia renovável como produtor independente, para actuar nos centros urbanos da Praia, São Vicente e Sal. A construção das centrais únicas de Santiago e Santo Antão, um investimento de 14 milhões de dólares, que deverão ser disponibilizados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) também aparece como outro trunfo na mudança do executivo para serenar os ânimos mais exaltados

com "esta situação insustentável".

O presidente da CE da Electra confirma as negociações com o BAD para a instalação dos grupos 3 e 4 na ilha de Santiago - existem actualmente dois grupos geradores no Palmarejo. Enquanto isso, prossegue Rui Santos, existe uma outra solução provisória em marcha, referindo-se concretamente ao aluquer de potência anunciado pelo governo. Sobre este particular, Santos nem lembra que esses equipamentos ainda não chegaram no país e que sequer estão protocolados com a Electra. "Ainda não se definiu sob que forma e quem irá suportar os custos de funcionamento desses geradores. A Electra e o governo terão de rubricar, antecipadamente, um protocolo para esclarecer esse assunto devidamente", afirma Santos, que aproveita para lembrar que a situação da Electra é difícil, daí a empresa não poder acatar uma solução que representará mais custos.

Mas este é um argumento que não convence alguns sectores do governo. Isso porque, frisa outra fonte contactada por este jornal, há muito que à Electra foi pedido um Plano de Investimentos que a empresa nunca apresentou, facto que inclusive provocou a demissão do anterior representante do governo no Conselho de Administração. Entretanto, bastou o governo assinar o acordo com o produtor independente para a Electra tirar da cartola um Plano de Investimento com custos e projectos detalhados para salvar a empresa. "Pensamos que, com esse plano, a Electra pretende sabotar o produtor independente, que terá de utilizar a sua rede

para injectar energia eléctrica", observa a referida fonte.

ACORDO COLECTIVO DE TRABALHO

Enquanto se aguarda por soluções técnicas para resolver o problema da falta de energia na Praia, seis dos nove sindicatos que representam os trabalhadores da Electra conseguiram uma grande vitória com a assinatura, na última quarta-feira, do Acordo Colectivo de Trabalho, um instrumento inédito que não só fixa os direitos e deveres dos trabalhadores mas também os da empresa. Para Virtulino Castro, com a assinatura do ACT, deu-se um passo importante porque as partes conseguiram juntar toda a vida dos trabalhadores da Electra num documento. "O ACT é um conjunto de articulados que determina todos os deveres e obrigações das partes. Nele consagrou-se ainda todas as conquistas que temos vindo a alcançar ao longo dos tempos", afirma Virtulino Castro.

Os itens mais importantes do ACT, que possui 96 artigos e oito anexos, segundo este sindicalista, são os horários e as férias do pessoal de turno sobre os quais finalmente, conseguiu-se um entendimento. Em relação ao horário de turnos, por exemplo, os trabalhadores terão a partir de agora apenas duas noites consecutivas de trabalho e não podem ultrapassar o tempo laboral dos restantes colegas, nem mesmo os administrativos. Quanto às férias, que antes eram fixadas pela empresa e em meses predefinidos, ficam ao critério das três pessoas que compõem um tur-

no. Ou seja, o grupo terá de combinar entre si as férias e fica em aberto a possibilidade de trocarem de lugar com outros de turnos diferentes. "Os trabalhadores não partirão de férias quando e como quiserem por causa do tipo de trabalho que executam. Esta foi a aproximação possível das posições defendidas pela empresa e pelos sindicatos e, por enquanto, satisfaz", comemora Virtulino Castro, realçando que o ACT será revisito e actualizado de dois em dois anos.

Os sindicatos que não rubricaram este documento, ao que conseguimos apurar, possuem uma representação residual na empresa de electricidade e água. Estes alegam que o ACT não faz referência à higiene e segurança no trabalho, itens que considera decisivos, sobretudo numa empresa onde os riscos são enormes. Virtulino Castro, SICS, se defende dizendo que a Electra é a primeira empresa cabo-verdiana a rubricar um acordo colectivo de trabalho e que as carências deste acordo poderão ser corrigidas e ajustadas com o andar do tempo e a experiência.

Também o presidente do CA da Electra celebra a assinatura do ACT. Segundo Rui Santos, era necessário reunir todos os documentos avulsos que os sindicatos e a Electra têm vindo a produzir num único documento. Neste caso em concreto, frisa Santos, houve duas propostas e as discussões decorreram de forma participada, porque os trabalhadores e os sindicatos estão conscientes da situação da empresa. "O ACT foi um passo muito importante e a Electra está a lutar para que esse processo seja um sucesso", diz, sucinto.

Constância de Pina

Sexta-feira, 25 de Novembro de 2005

Correio das ilhas

TONALIDADE DUVIDOSA

As denúncias de que a água que a Electra distribui em Cabo Verde, mais concretamente na Praia e em São Vicente, ganhou uma coloração duvidosa aumentaram nos últimos dias. Em São Vicente, depois que três jovens foram surpreendidos a banharem-se num dos reservatórios da empresa, os receios são ainda maiores, inclusive houve pessoas que recolheram a água que sai da torneira das suas casas e a levaram a alguns serviços, designadamente Delegacia de Saúde e Associação para Defesa do Consumidor para tirarem as suas dúvidas.

A engenheira Sónia Morais, da Electra, confirma que, de facto, alguns jovens treparam num dos reservatórios da

empresa em São Vicente, rebentaram os cadeados e retiraram água para banhar-se. E que não é a primeira vez que isso acontece. Felizmente para os consumidores, prossegue Sónia Morais, desta vez esse reservatório - a Electra possui dois reservatórios com capacidade para armazenar três mil e mil e 500 toneladas de água na zona da Cruz João Évora - encontrava-se com pouca água porque está em manutenção. "É preciso dizer que fazemos o controle periódico da água que produzimos. Não colocamos água na rede sem fazer análises químicas e biológicas", tranquiliza.

Sobre a cor duvidosa da água que sai das torneiras, Morais explica que isso acontece principalmente quando a rede

fica fora de uso durante alguns dias. É que, com a falta de uso, formam-se partículas de corrosão nas válvulas de ferro, que são arrastadas pela água para os reservatórios nos domicílios. A situação é complexa, admite Sónia Morais, e a Electra não está a conseguir solucioná-la. "Mas é uma água em perfeitas condições para ser consumida, bastando para isso filtrá-la. Não há nenhum perigo, apesar da cor ser desagradável", conclui Morais, para quem outra forma de resolver o problema é deixar alguma água correr na torneira até ela sair limpa, embora as partículas de ferro não sejam consumidas pelo organismo.

CP

Brava recebe missão humanitária de Santa Maria da Vitória

A ilha Brava prepara-se para receber na próxima segunda-feira, 28, uma missão humanitária proveniente de Santa Maria da Vitória, Batalha, Portugal. Esta delegação é composta por uma ONG e cinco empresários dos ramos de vidro, papelaria, equipamentos comerciais e maquinaria pesada.

Os empresários que acompanham esta missão humanitária deverão permanecer entre quatro e cinco dias em Cabo Verde, mais concretamente na ilha de Santiago. O objetivo dessa viagem, segundo o autarca Camilo Gonçalves, é fazer uma prospecção do mercado cabo-verdiano em geral e santiaguense em particular, principalmente nos sectores do vidro, papelaria, equipamentos pesados e comerciais.

Quanto à ONG de Santa Maria da Vitória, com sede em Batalha, esta autarquia lusa na região centro concentra as suas atenções na ilha das flores. Isso porque, assegura Camilo Gonçalves, vêm com o propósito de preparar o terreno para uma missão mais alargada que se deslocará à Brava em Janeiro de 2006 e que integra os presidentes das câmaras de Batalha e Nazaré, municípios com os quais aquela ilha mantém relações de cooperação.

Empresários da área da saúde, entre os quais o dono da Clínica Eurodiálise, que tem vindo a apoiar o país com alguns equipamentos, devem também acompanhar os autarcas portugueses em Janeiro. CP

Trabalhadores e empresas cobram à Growela

Ex-trabalhadores da Growela de Cabo Verde e a TACV decidiram cobrar no Tribunal as dívidas deixadas no país por esta empresa de confecções. No seu conjunto, a Growela terá de pagar mais de 30 mil contos aos lesados, conforme os anúncios judiciais publicados nos últimos dias na imprensa cabo-verdiana.



Mais de 30 mil contos de dívidas

A empresa, que se encontra encerrada há mais de dois anos, não possui actualmente nenhum interlocutor em Cabo Verde. Esta função foi desempenhada, por inerência do cargo que ocupou até à suspensão em definitivo das actividades, por Pedro Medina. Este, abordado por **A Semana**, assegurou não ter nenhuma ligação nem com os antigos proprietários, nem com os administradores e que, inclusive, as responsabilidades que vinha assumindo, a título compulsivo, nomeadamente o pagamento dos salários aos dois funcionários que protegem o património da unidade de confecção (a fábrica do Lazareto), estão a ser suportados pelo Banco Comercial do Atlântico.

A direcção comercial Norte do BCA confirma que, de facto, está a garantir a segurança das instalações da Growela do Lazareto, que se encontravam abandonadas à sua sorte. Sem entrar em pormenores, Filomena Figueiredo lembra que a Growela tinha dívidas no BCA que fo-

ram reclamadas publicamente, pelo que é natural que proteja esse bem.

Entretanto, ao que tudo indica, as acções intentadas pelos trabalhadores e pela TACV, que se dirigem ao presidente do Conselho de Administração, Nuno António Ricardo Romão, natural de Lisboa, terão de ser à revelia. Isso porque, não obstante os prazos estipulados pelo tribunal, este se encontra em parte incerta e, pelo menos por enquanto, ainda não apareceu ninguém para dar a cara em nome da Growela de Cabo Verde.

A título de exemplo, na acção declarativa emergente do contrato de trabalho, que aponta como autores Adalberto Rendall Correia e outros trabalhadores, a ré, Growela de Cabo Verde, foi condenada a pagar mais de 17 milhões de escudos, referente a salários não pagos, indemnização por despedimento colectivo e custas do processo.

Em outra acção similar, empreendida por outro grupo de trabalhadores a empresa terá de desembolsar mais de

16 milhões de escudos.

Em relação à TACV os números são mais modestos, mas não menos importantes. Aqui a Growela deverá despende cerca de 600 mil escudos, acrescido de juros de mora no valor de 94 mil escudos.

Montantes que, segundo uma fonte contactada por este jornal, a empresa não tem fundos para cobrir. Isso porque, afirma, a fábrica foi "confiscada" pela BCA e a empresa não possui outros meios em Cabo Verde. Uma situação que, completa a nossa fonte, confirma a tese de que empresários portugueses acedem aos fundos europeus para investir em Cabo Verde e, passado o período de carência ou isenção de impostos, transferem o seu negócio para outro mercado, neste caso em concreto, para Angola. Aliás, por causa disso, há quem questione a fragilidade desta suposta industrialização por que tem passado Cabo Verde nos últimos 10 anos.

Constância de Pina

PORTO NOVO

Trabalhadores ganham acção contra Câmara

Os 13 trabalhadores no sector de saneamento do Porto Novo ganharam a causa no processo judicial em que pediam ao município a reintegração ou a indemnização. Mas a Câmara vai recorrer da sentença por entender que a juíza não levou em conta que os autores da acção trabalhavam em regime de frentes de trabalho.

O problema é que o próprio representante da CMPN admitiu em tribunal que os referidos trabalhadores gozavam férias pagas por um período de 15 dias ao ano, conforme as partes tinham acordado. O que, no entender do tribunal, reforça a tese de que entre a autarquia e os queixosos havia um vínculo laboral até finais de Junho de 2004, quando se verificou o "despedimento sem aviso prévio".

Ainda assim, o edil Amadeu Cruz mantém a posição de que as 13 pessoas trabalhavam em regime de assalariados e que elas foram dispensadas do serviço em função da inexistência de verbas para efectuar os pagamentos. Por isso, "apesar de respeitarmos essa sentença, temos de recorrer até à última instância para tentar mostrar que o trabalho nas frentes não pode ser equiparado a vínculos laborais por tempo indeterminado", diz Cruz. Aliás, o autarca considera que essa sentença pode abrir um "grave

precedente em Cabo Verde já que todas as entidades - inclusive as associações comunitárias - que trabalham com as frentes poderão ficar sujeitas a processos similares".

Seja como for, a sentença da juíza Circe Neves deixa claro a existência de um vínculo laboral de vários anos entre a CMPN e os referidos trabalhadores, tanto mais que no grupo há pessoas com 15 a 22 anos de trabalho ao serviço do Porto Novo. E, mesmo na ausência de contrato escrito, a juíza sentenciou que os 13 cidadãos tinham um vínculo de trabalho por tempo indeterminado.

Por conseguinte, a CMPN é obrigada por lei não só a reintegrar os despedidos, como também a pagar-lhes o correspondente a 10 meses de salários vencidos desde Janeiro de 2005, quando o processo deu entrada no tribunal. E caso o réu não quiser reintegrar os 13 trabalhadores deve indemnizá-los de acordo com os anos de serviço de cada um deles. No total, o montante das indemnizações ronda os três mil contos, tendo como base de cálculo o salário dos funcionários do sector de saneamento: 6.600\$00 mensais.

Entretanto, Amadeu Cruz já admitiu reintegrar as 13 pessoas nos respectivos postos de trabalho, mas antes quer clarificar, com o recurso ao Tribunal, a questão contratual.

João Almeida Medina





CABO-VERDIANOS EM MOÇAMBIQUE REDESCOBEREM CABO VERDE...



UM SONHO TRANSFORMADO EM REALIDADE GRAÇAS AO INSTITUTO DAS COMUNIDADES

De volta às origens

Depois de mais de 50 anos na terra-longe, um grupo de cinco cabo-verdianas em Moçambique regressa ao seu Cabo Verde natal, para matar saudades. **A Semana** foi recebê-las no aeroporto do Sal, e pôde testemunhar as primeiras emoções destes filhos das ilhas ao pisarem o solo de Cabo Verde, num reencontro proporcionado pelo Instituto das Comunidades e o Gabinete do Primeiro-Ministro. De sofrimento, frustrações, e alegrias também, mas sobretudo de saudades, é feita a história destes patrióticos que um dia rumaram para as terras do Sul e que só agora realizam um sonho que já consideravam perdido e morto.

Quarta-feira, 23. O relógio marcava 01h50 da manhã, quando João Rodrigues de Brito, 66 anos, Teresa Fernandes Delgado, 60, Ambrosina Varela, 70, Matilde Gonçalves, 60, e Elisa Gomes Varela, 72, aterraram no Aeroporto Internacional do Sal, num voo da SAA, vindo de Joanesburgo. Rostos incrédulos e sorrisos largos anunciavam a emoção que explodia em seus corações.

Depois de tantos anos e muitas dificuldades, eis que um sonho escondido, um desejo contido e uma esperança condenada pelo tempo renascem como um presente que caiu do céu, ainda por cima quando caminhamos a passos largos em direção ao Natal. Mas os filhos sempre voltam um dia à casa...

São memórias apagadas pelo tempo, confusas, retalhos de histórias e "estórias", dadas que se confundem, nomes que se esquecem, lembranças que o tempo e a distância foram apagando e que esperam o regresso à casa como o último dos sonhos. Gente que

há muito perdeu o contacto com as famílias em Cabo Verde e que agora desembarca numa viagem de redescoberta, ansiando conhecer, ao menos, algum parente, que lhes possa responder as muitas perguntas que trazem na imensa bagagem do seu coração.

João Rodrigues de Brito, 66 anos, é natural da Santa Catarina, ilha de Santiago, saiu com oito anos de Cabo Verde com o pai, rumo a Moçambique, há 57 anos atrás, e nunca mais voltou. Emocionado como era de se esperar, ele não esconde a satisfação de pisar mais uma vez em solo cabo-verdiano, sonho que com o correr dos anos e o passar da esperança há muito deixara de acalantar. "Eu já tinha parado de sonhar. Isto de vir a Cabo Verde era um sonho que vivia comigo. O meu segundo sonho é ver os meus filhos realizados, e graças a Deus, estão a caminhar para isso...", desabafa.

A iniciativa desta viagem de redescoberta insere-se no programa do Instituto das Comunidades, "Cabo Verde na Coração", com a estreita colaboração do Gabinete do Primeiro-Ministro, cujo objectivo, de acordo com o representante do IC, Paulo Medina - que se deslocou propositadamente ao Sal para receber tão especial comitiva -, é proporcionar a estes "berdianos" a possibilidade de reavivar a ligação com Cabo Verde, suas origens e cultura.

Por isso, João Brito, assim como as quatro senhoras que completam o grupo, não esconde a sua gratidão. "Não há país no mundo que tenha um gesto destes. Pelo menos, eu não conheço nenhum, ainda por cima um país pequeno e pobre como o nosso. Mas gra-

ças ao governo de Cabo Verde hoje estou de volta à minha terra. Isto é lindo demais!", salienta. "Nem dá para acreditar".

"Eu antes de o avião descer, quando eu vi a luz, comecei a chorar... Depois de tantos anos, meu Deus, estou feliz...", diz Teresa enquanto limpa as lágrimas que insistem em cair.

O repórter respira fundo, mal contendo ele próprio a emoção daquele momento sublime na vida destas pessoas. As dificuldades já não interessam, o passado já não conta, Teresa e os companheiros só pensam em ver o presidente e o primeiro-ministro, de que alguns deles sequer consegue lembrar o nome (nada mais natural, tendo em conta a idade do grupo) e mostrar a sua gratidão.

"Eu vivia doente. E no momento que entrei no avião, parece que Deus me deu uma clareza, que até me sinto melhor com esta felicidade...", afirma, também visivelmente emocionada, Ambrosina.

"Eu só quero agradecer ao nosso governo, não fosse por ele, eu morria sem ver a minha terra", diz Elisa Gomes Varela, 72 anos. "Se não fosse pelas autoridades cabo-verdianas, onde é que havíamos de arranjar dinheiro para vir cá. Eu morria sem ver a minha terra", explica Matilde Gonçalves, 60 anos.

"Eles passaram a maior parte da viagem calados, até que num dado momento começaram a cantar canções de Cabo Verde, e eu pensei: estão a ensaiar para o grande show quando chegarem à terra firme. Foi muito bonito", recorda João Álvaro, 41 anos, que veio a acompanhar a comitiva, ele mesmo

filho de cabo-verdianos, o único que já tinha estado por essas bandas.

Teresa é natural da Brava, mas cresceu na Praia. Saiu de Cabo Verde aos 17 anos e desde então tem travado uma dura batalha para driblar as dificuldades. Com seus 70 anos, recontar a sua história revela-se um exercício difícil para Ambrosina Varela. Mais difícil ainda é a saga desta brava senhora, que trabalhou nos campos de cacau em São Tomé e Príncipe, ainda menor, antes de rumar a Moçambique, onde a vida nem por isso melhorou... O que importa agora é que ela realiza um sonho que pensava impossível.

Elisa Gomes Varela, 72 anos, é de Santa Catarina, e desde 1956 que também rumou, primeiro, a São Tomé e Príncipe, numa viagem de navio de sete dias, e anos depois mais 14 dias de lá para Moçambique.

Matilde Gonçalves diz que é de Ribeira Principal, perto de Tarrafal, saiu de Cabo Verde com três anos, e, mais do que os outros, vem conhecer o país-natal. Oportunidades de conviverem com os patrióticos, com certeza, não faltarão, já que o IC, de acordo com Paulo Medina, tem agendado uma série de actividades com esse grupo, desde encontros com o presidente Pedro Pires, e o PM, José Maria Neves, a convites das CMs de Santa Catarina e Santa Cruz, para visitar aqueles concelhos, passado por encontros com associações comunitárias, etc, etc. A comitiva regressa a Moçambique no dia nove de Dezembro. Um presente de Natal que chega a estes emigrantes com alguns dias de antecipação.

KS

FOGO

Santa Catarina celebra o seu 1º Dia do Município

Os moradores do recém-criado município de Santa Catarina do Fogo comemoram hoje, 25, e pela primeira vez, o Dia do Município e da sua santa padroeira, com actividades desportivas, recreativas e culturais.

As festividades tiveram início na terça-feira, 22, com a realização de um torneio quadrangular de futebol com a participação das equipas do Botafogo de São Filipe, Cutelinho dos Mosteiros, Desportivo de Cova Figueira e uma formação de emigrantes nos EUA, "Nós Raça".

Para hoje, 25, dia da santa padroeira, estão previstas, entre outras actividades, a benção da bandeira de

Santa Catarina, missa e procissão e um almoço alargado oferecido pelos juizes da festa. A tarde haverá entrega de troféus e um grande baile popular, animado pelo agrupamento musical Irmãos Unidos da Brava.

Mas a grande novidade serão, sem sombras de dúvidas, os espectáculos pirotécnicos que estão a ser preparados pela Comissão Instaladora dirigida por Aqueleu Barbosa. Este garantiu ao jornal que os santacatarinenses estão bastante animados e envolvidos nas festas da sua padroeira. "Esta festa de Santa Catarina, a primeira municipal, está a ser celebrada com entusiasmo e orgulho pela população", concluiu.

CP

